



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

LEONARDO MALDONADO FIGUEIREDO

**ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO EM ZYGMUNT
BAUMAN**

Londrina

2012

LEONARDO MALDONADO FIGUEIREDO

**ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO EM ZIGMUNT
BAUMAN**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado
ao Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José de Rezende.

Londrina
2012

LEONARDO MALDONADO FIGUEIREDO

**ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO EM ZYGMUNT
BAUMAN**

Trabalho de Conclusão de Curso Apresentado
ao Departamento de Ciências Sociais da
Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Orientadora: Dra. Maria José de Rezende
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Ma. Adriana de Fátima Ferreira
Universidade Estadual de Londrina

Profa. Ma. Angélica Lira de Araujo
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____ de _____ de ____.

*A Luis Antônio Ferreira Rosmaninho (Luba)
e a Luis Caetano (Luizinho)
- amigos queridos que nos deixaram.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente meus pais, Wanda Maldonado e Carlos MacDowell, por conhecerem bem o filho que têm e se esforçarem em entendê-lo. Minhas Irmãs Isabel (Bel) e Maitá, que entre brigas e risadas são as pessoas mais importantes da minha vida. Meus avós pela rica história de vida e pelo carinho imensurável de sempre.

Agradeço também a minha afilhada Alice Maria, que em 2011 veio ao mundo trazendo um pouco de “alegria infantil”, juntamente com seus pais Rodrigo e Laura, amigos de longa data, e cuja amizade perdurara por muitos ciclos da vida, assim como outros amigos que conviveram comigo nesses anos de Londrina: minhas eternas companheiras de moradia, Talita, Mari e Rafaela e seus respectivos maridos Marcelo, Paulão e Fabricio.

Gostaria de agradecer também outros amigos de moradia André Fredi (Barba), Raniery Parra, Ana Karina Barbieri e Lilian Trovão por também compartilharem muitos anos de amizade que não se esgotarão.

Em relação a UEL, gostaria de agradecer minha orientadora Dra Maria José de Rezende pela paciência, e sobretudo por, de certa forma, despertar em mim o gosto pelo conhecimento e me estimular a “abrir as portas da percepção” para diversos assuntos vinculados a esse conhecimento, sou muito grato por ter tido a oportunidade de aproveitar o máximo possível de suas explicações e aulas. Também agradeço a professora Ileizi Fiorelli, com seu característico sorriso que tem o poder de transformar o dia, e suas aulas que me iniciaram no tema da educação. Ao professor Ariovaldo, pela rigidez e conteúdo de suas aulas, e ao professor Fabio Lanza pela ajuda num ano tão conturbado como 2012, meu mais humilde muito obrigado.

Quero agradecer também as professoras Angélica Lira e Adriana Ferreira, por aceitarem participar da banca deste trabalho. Assim como a Maria Julieta, que corrigiu o português desse trabalho. Muito obrigado!

Agradeço também aos amigos de São Paulo: Daniel Horai, Daniel Aoki, Willian Piazzentin, Tiago Borges, Thaís Aoki, Raúl da Silva, Diego Gonçalves,

Beatriz Brichta, Milena Marra e muitos outros, amigos dos tempos de colégio e cursinho, em que de nenhum dos lados permitimos que a “fluidez” do mundo atingisse nossas amizades.

Quero agradecer ao Sport Clube Corinthians Paulista, uma nação de mais de 33 milhões de pessoas, que nesse ano de 2012 conquistou o último título que faltava pra coleção. Agradeço também ao Belchior e ao Raúl Seixas pelas influências musicais.

Por último, mas de forma alguma menos importante, quero agradecer minha namorada Monica Cristina Bernardes, que virou minha vida de cabeça pra baixo (o que foi muito bom!) e me fez desenvolver a arte de planejar algo futuro, além de me ajudar nesse trabalho e me introduzir no “mundo da arte”.

A todas essas pessoas eu agradeço por todos esses anos de convivência e de conversas, de pontos de vista divergentes e semelhantes, mas que de forma alguma abalaram nossas relações, muito obrigado mesmo gente.

*Nunca mais você saiu a rua em grupo reunido
O dedo em V, cabelo ao vento, amor e flor, quero cartaz
No presente a mente, o corpo é diferente
E o passado é uma roupa que não nos serve mais*

Belchior

FIGUEIREDO, Leonardo Maldonado. **O esvaziamento do espaço público em Zygmunt Bauman**. 2012. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina. 2012.

RESUMO

Este trabalho visa apresentar ao leitor as ideias do sociólogo polonês Zygmunt Bauman sobre o esvaziamento do espaço público. Por abordar o tema em diversas obras, este trabalho tem por objetivo amarrar o pensamento do autor sobre esse processo em um único texto.

Esse esvaziamento ocorre no mundo atual (que o autor define como *modernidade líquida*) pautado em uma lógica globalizante que realça o individualismo e o afastamento dos indivíduos. Como será visto no trabalho, esse esvaziamento não durou muito tempo, rapidamente o espaço público fora ocupado pelas questões privadas da esfera do *oikos*, interferindo no diálogo das duas esferas (*oikos* e *ecclesia*) e dessa forma minando a possibilidade de uma sociedade verdadeiramente democrática. O presente texto busca a exposição e compreensão desse processo, bem como os possíveis caminhos propostos pelo autor para analisar o problema.

Palavras-chave: Modernidade Líquida; Individualismo; Democracia; Espaço Público; Poderes Globais.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 – A NOÇÃO DE ESPAÇO E A INTERAÇÃO COM OS “INDESEJÁVEIS”	11
CAPÍTULO 2 – O ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO E O DIVÓRCIO ENTRE PODER E POLÍTICA	23
CAPÍTULO 3 – O FUTURO DA DEMOCRACIA E A REOCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO	41
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender como Zygmunt Bauman constrói uma ampla reflexão sobre o esvaziamento do espaço público. Este pensador, sociólogo polonês que vive na Inglaterra há muitos anos, possui uma vasta obra sobre o assunto.

A partir de suas análises acerca do tema, será feito um mapeamento de sua concepção de como ocorre esse fenômeno de esvaziamento do espaço público, como se caracteriza esse espaço público e qual a relevância de se compreender o processo de desertificação da esfera pública e sua influência no meio social contemporâneo.

Note-se que o pensamento do autor se refere ao espaço público europeu, que chegou a ter um papel importante no processamento da vida política, mas com o desenvolvimento da “modernidade líquida” viveu esse processo de esvaziamento. Ainda que em outros países sejam observadas características semelhantes desse processo o autor defende que tais países nem chegaram a construir esse tipo de espaço, não caracterizando, portanto, o esvaziamento do mesmo.

Cabe observar também que a complexidade do pensamento de Bauman surge à medida que o autor dialoga com outros pensadores importantes, o que permite diversas entradas em seu pensamento, diversas interpretações, nunca se reduzindo a alguma resposta simples e conclusiva. Sua análise consiste em detectar as possibilidades de mudança e detectar as dificuldades que barram essas possibilidades.

Para situar o contexto em que ocorre esse esvaziamento é preciso compreender os enlaces que o pensamento do autor possui, bem como conhecer alguns conceitos básicos para entender esses enlaces.

A “modernidade líquida” (BAUMAN, 2000), descrita por Bauman é um dos conceitos chave a serem trabalhados. O termo “líquido” exprime a ideia do autor de que a sociedade atual não possui uma forma bem definida, está em um processo contínuo e veloz de extrema mudança, que não permite atingir uma forma sólida, duradoura, estável. A velocidade em que ocorrem essas mudanças reflete numa

instabilidade e imprevisibilidade do amanhã. As mudanças frenéticas que tal sociedade possui, representam uma das principais diferenças daquilo que o autor denomina *modernidade sólida*. Enquanto a metáfora do *sólido* representa algo estável, estático, rígido, a liquidez quebra com tais características.

Diante dessa liquidez da modernidade, o indivíduo se vê imerso numa vida líquida que se mostra como uma forma, num modo de vida internalizado, em que os indivíduos agem pressupondo que as coisas mudam num curto tempo que os impede de consolidar hábitos e costumes. A velocidade da mudança, na modernidade líquida, é mais rápida que a consolidação (BAUMAN, 2000).

Diferente da modernidade sólida que apresentava uma estabilidade (de relações, econômicas, políticas, sociais, culturais, etc.), uma fixidez e uma certa previsibilidade, a modernidade líquida chega rompendo com todas essas tradições, por seu movimento frenético e veloz impossibilita quaisquer laços mais fixos e duráveis, dificulta qualquer projeto de longa duração. Seu movimento instantâneo resultou, segundo Bauman, na morte da luta política.

Essa rapidez das mudanças faz com que o indivíduo viva num risco e numa instabilidade constantes, devido à falta de previsibilidade do amanhã. O estado gerado por essa modernidade induz o indivíduo a adaptar-se às condições propostas, requer que o *homem líquido* adquira habilidades de mudar tão rapidamente quanto à própria sociedade, sendo ameaçado constantemente de ser descartado caso não se encaixe na nova mudança. “A necessidade aqui é correr com todas as forças para permanecer no mesmo lugar, longe da lata de lixo que constitui o destino dos retardatários” (BAUMAN, 2005, p. 9-10).

Em vista da insegurança, imprevisibilidade e risco a que estão submetidos os indivíduos, além da dissolução das identidades verdadeiras numa multiplicidade de identidades, o indivíduo se depara com um estado de medo e insatisfação, que os levam a um processo de individualização, como destino, em busca da sua segurança. O indivíduo fica sitiado, o que traz uma frustração, que só pode ser resolvida por ele mesmo, por sua engenhosidade e pelos artigos oferecidos no mercado e nas lojas de departamento. Essa é a propaganda da modernidade líquida, “basta seu próprio esforço que você consegue”, as ferramentas necessárias estão à disposição em parcelas razoáveis no mercado, cria-se o fundamentalismo do consumo (BAUMAN, 2005).

Segundo Bauman, essa associação entre o consumo e o mercado é de suma importância nessa nova conjuntura líquida. Poder-se-ia cometer o equívoco de se pensar o mercado como um sólido remanescente da modernidade sólida. Entretanto, a aproximação cada vez maior do mercado com o consumo, que sempre estiveram próximos, mas intensificaram ainda mais essa aliança na modernidade líquida, nos mostra o contrário. O mercado não pode ser considerado um sólido porque não tem o objetivo de estabelecer algo duradouro e estável, não quer saciar o desejo e sim despertar cada vez mais o ímpeto consumista, a insatisfação do indivíduo, que somente será contida com a compra do mais novo objeto de desejo do consumo. Ou seja, o mercado age, segundo o autor, como um guia do consumo, seu objetivo não é organizar nem, tampouco, projetar algo de longa duração que vise satisfazer essas necessidades. Visa justamente a desorganização e a curta duração dessa satisfação e perpetuação dos desejos. O indivíduo ao se inserir nessa lógica a reproduz: os que têm as condições apropriadas para fomentar esse consumo, fazem-no garantindo sua satisfação, ainda que momentaneamente, enquanto os que não têm tais condições de compra esforçam-se para consegui-las e também impulsionar essa lógica.

Bauman demonstra que, no entanto, o jogo da modernidade não comporta a todos. O desemprego advindo da diminuição dos postos de trabalho não é temporário, as perspectivas e expectativas futuras dos indivíduos são cada vez menos satisfatórias. Alguns indivíduos se tornaram redundantes na atual modernidade, ou seja, são desnecessários e descartáveis (BAUMAN, 2005), seres indesejados em qualquer sociedade, que são estigmatizados por sua condição e trazem o medo para os indivíduos empregados por se mostrarem como a sombra de um futuro que pode estar por vir. Enquanto as elites globais usufruem mais de 90% da riqueza do mundo, o que se discute é o terrorismo, sempre associado ao migrante, ao refugiado, ao diferente, ao descartável.

E onde se encontram os indivíduos empregados e inseguros com a instabilidade dessa modernidade, bem como os que já foram descartados, ou os que anseiam por sua chance de realocação nessa lógica? No espaço público. Daí a importância de estudar tal espaço, considerando que é nele onde se ocorrem as interações entre os diferentes indivíduos, como ocorrem tais interações e como esses indivíduos estão reagindo a essa lógica.

CAPÍTULO 1 – A NOÇÃO DE ESPAÇO E A INTERAÇÃO COM OS “INDESEJÁVEIS”

Em sua vasta obra, Bauman mostra uma preocupação peculiar com os indesejáveis, os “redundantes” da sociedade. Por sua experiência de socialista e judeu em uma Polônia dominada primeiramente pelo nazismo e depois pelo socialismo soviético (do qual também era crítico), Bauman enfrentou a dificuldade de inserção em sua própria terra natal, sendo forçado a mudar-se para a Inglaterra na década de 1970. Essa experiência fez com que o autor atribuísse na sua análise um papel preponderante aos que *não se enquadram* na atual conjuntura líquida.

O conceito de ambivalência sugere uma “possibilidade de conferir a um objeto uma ou mais categorias” (BAUMAN, 1999, p. 9). Esse conceito permite, primeiramente, observar que suas repostas não são únicas nem definitivas, como já foi dito anteriormente. Outra abrangência do conceito está no caráter ambivalente da própria lógica social, o discurso que estabelece o “normal”, caracteriza também o “estranho”, ou seja, no caso da modernidade líquida, o mesmo discurso que se apresenta como um guia sobre como deve ser o homem líquido moderno, versátil, consumista, desprendido e conectado às inovações, atribui aos outros indivíduos o papel de estranhos: são estigmatizados como incapazes, indesejáveis, os inimigos do mundo líquido-moderno. Contudo, ainda é inescapável a esses dois tipos de indivíduos, estranhos entre si, uma chance de interação mútua em alguns espaços da cidade, os espaços públicos.

Em seu livro *Modernidade Líquida* (2000), Bauman dialoga com Richard Sennett sobre como ocorrem esses encontros entre estranhos, além de descrever sua visão sobre os espaços públicos. O encontro, segundo ele, assemelha-se mais a um *desencontro*, onde os que participam saem do evento da mesma forma como entraram, como estranhos um ao outro. Nas palavras do autor:

No encontro de estranhos não há uma retomada a partir do ponto em que o último encontro acabou, nem troca de informações sobre as tentativas, atribuições ou alegrias desse intervalo, nem lembranças compartilhadas: nada em que se apoiar ou que sirva de guia para o presente encontro. O encontro de estranhos é *um evento sem passado*. Frequentemente é também *um evento sem futuro* (o esperado é não tenha futuro), uma história para “não ser continuada”, uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure e no ato,

sem adiamento e sem deixar questões inacabadas para outra ocasião (BAUMAN, 2000, p. 111).

Um evento onde os participantes colocam máscaras para praticar sua civilidade. Conforme afirmação de Richard Sennett (1978): “A civilidade tem como objetivo proteger os outros de serem sobrecarregados com nosso peso” (apud BAUMAN, 2000, p.112). Esperando que a relação seja recíproca, essa civilidade é praticada individualmente, não consiste numa interação, aceitação ou solidariedade entre estranhos, mostra-se mais como uma tolerância entre os diferentes. As pessoas estão “seguras” de não precisarem retirar suas máscaras e expor suas angústias, sonhos ou aflições. E ainda representa, segundo Bauman, um engajamento público que desemboca num individualismo manifesto de estar só. Quando não é possível evitar a interação com o estranho, a estratégia do indivíduo consiste em transformar tal contato no mais irrelevante possível (BAUMAN, 2000).

As primeiras noções de espaço público, mas não civil, aparecem em Bauman como duas categorias complementares. Vale destacar aqui que os espaços públicos não civis são caracterizados pela falta de uma interação política entre os presentes. Desse modo, espaços públicos que não são civis podem se tornar civis na medida em que sejam ocupados por alguma atividade política que vise uma melhoria para uma parcela da população, sejam através de passeatas, plebiscitos ou alguma estratégia que vise uma reivindicação política. O que torna o espaço público “civil” é a ocupação efetiva do mesmo. A primeira categoria tem como exemplo a praça La Défense, em Paris, onde o ambiente protagoniza um simples espaço de passagem, que encontra seu pico de movimento na chegada do metrô. Sua arquitetura é ostensiva e bate de frente com qualquer hospitalidade que a praça possa proporcionar. Não é um lugar para se parar para descanso ou interação com outras pessoas, a intenção é que o espaço fique e permaneça, após o rush, vazio.

A segunda categoria representa, ao contrário, o desejo de que esteja ocupada. Bauman a simboliza através do shopping center, outro espaço público mas não civil, centros de práticas consumistas, individuais e subjetivas, que “encorajam a ação e não a interação” (BAUMAN, 2000, p. 114). Um espaço “mágico” onde o homem líquido pode se sentir seguro (e livre para comprar) por não ser incomodado pelos estranhos da cidade, e onde sua única tarefa é saciar seu desejo consumista.

Neste espaço dispensa-se qualquer socialização indesejada, é um mundo *totalmente descolado* da cidade que o cerca. É um lugar que permite o encontro com outros que, pelo menos ali dentro, são *iguais* a nós e estão ali com os mesmos objetivos, o que acaba por reduzir no ambiente a diferença entre seus frequentadores.

Baseando-se nas reflexões de Claude Lévi- Strauss, Bauman vai acrescentar, a esse encontro entre estranhos, duas estratégias elementares de se enfrentar essa alteridade. Segundo Lévi- Strauss são elas: Antropoêmica e antropofágicas.

A estratégia antropoêmica consiste em uma não aceitação total do estranho, significa uma vontade de expelir e se distanciar dele, como se estes fossem atingidos por uma doença perigosa, incurável e contagiosa. Exclui qualquer aproximação física, diálogo ou interação com o diferente. Supõe que estes seres devem ser encarcerados ou (como tem sido muito frequente na Europa atual) deportados, isso quando não assassinados pelos que os julgam descartáveis. São aqueles que não se adéquam ao projeto pré-estabelecido da sociedade que os exclui, são os inimigos, a maioria das vezes representados pelo estrangeiro, sobretudo os que migram para essas sociedades em questão:

As formas elevadas, “refinadas” (modernizadas) da estratégia “êmica” são a separação espacial, os guetos urbanos, o acesso seletivos a espaços e o impedimento seletivo a seu uso (BAUMAN, 2000, p. 118).

Já a estratégia antropofágica representa a subjugação da cultura do diferente pela a da sociedade em que está inserido, de forma a transformá-lo em igual, representa uma “cura” para sua “doença”, para sua diferença. É por excelência uma aculturação dos costumes do diferente, a aniquilação do que o torna o “outro” e não um de nós.

Ambas as estratégias podem ser facilmente classificadas como excludentes. Uma visa à aniquilação ou desejo de distância do “diferente”, enquanto a outra visa à aniquilação dessa diferença, dessa alteridade.

Os exemplos desenvolvidos por Bauman e explicitados anteriormente representam, só que no próprio espaço, as características dessas estratégias “êmicas” e “fágicas”. Enquanto a praça parisiense, através de sua arquitetura e falta

de hospitalidade, exclui o indivíduo daquele local transformando-se, no que o autor define, em um “lugar êmico”, os shoppings centers estão associados ao “lugar fágico”, que tenta acabar com as diferenças, transformar todos em seres idênticos, pois nesse espaço todos são consumidores.

Outra categoria de lugar que assume uma importância cada vez mais frequente na sociedade líquida atual é denominado de “não- lugar”. Esse espaço é representado por aeroportos, quartos de hotel, transportes públicos, etc. São espaços de passagem, mas cuja passagem pode ser mais longa. Caracterizados por uma constante passagem e permanência de estranhos, mas que fazem dessa estadia meramente física. De forma alguma os estranhos transformam esses lugares, por mais tempo que possam ficar nele. Suas diferenças são irrelevantes para estranhos futuros ou passados que possam ocupar esse espaço. Além disso:

Os não- lugares não requerem o domínio da sofisticada e difícil arte da civilidade, uma vez que reduzem o comportamento em público a preceitos simples e fáceis de aprender. Por causa dessa simplificação, também não são escolas de civilidade. E, como hoje “ocupam tanto espaço”, como colonizam fatias cada vez maiores do espaço público e as reformulam à sua semelhança, as ocasiões de aprendizado são cada vez mais escassas e ocorrem a intervalos cada vez maiores (BAUMAN, 2000, p. 120).

Sendo assim, tais espaços também não constroem um ambiente de interação entre os indivíduos, muito pelo contrário, intensificam a distância entre os mesmos. Cada vez mais se observa nos transportes públicos, os passageiros se entretendo com seus celulares, *ipods*, entre outras engenhocas tecnológicas e se “fechando” a qualquer possibilidade de relação interpessoal:

Todo o mundo já viu, escutou e não conseguiu deixar de entre ouvir a conversa de outros passageiros no ônibus falando sem parar em seus telefones. Há homens de negócios ávidos por se manterem ocupados e parecerem eficientes- ou seja, por se conectarem a tantos usuários de celulares quanto possível e mostrarem que de fato existem muitos deles prontos a receber sua chamada. Há adolescentes e jovens de ambos os sexos dizendo a alguém, em casa, por que estação haviam acabado de passar e qual seria a próxima. Você pode ter tido a impressão de que eles estavam contando os minutos que os separavam de seus lares e mal podiam esperar para estar com seus interlocutores em pessoa. Talvez não lhe tenha ocorrido que muitas dessas conversas entre ouvidas não eram ouvertures de conversas mais longas e substantivas que prosseguiriam em seu lugar de destino- mas seus substitutos. Que essas conversas não estavam preparando o terreno para a coisa

real, mas eram, elas próprias, exatamente isso: a coisa real... Que muitos desses jovens ávidos por dar seu paradeiro a ouvintes invisíveis iriam dentro em breve, logo que chegassem, correr para seus próprios quartos e trancar as portas (BAUMAN, 2003, p.83).

Essa passagem do livro *Amor Líquido*, ilustra bem a (não) interação nos não-lugares, bem como uma preferência do homem líquido- moderno por uma interação virtual, um distanciamento mesmo com os que estão próximos. A preferência pelo relacionamento virtual é compreendida na medida em que o “conectar-se” a rede é tão simples quanto à possibilidade de “desconectar-se” da rede, ou da relação em si. Além disso, é uma forma de relação que não atribui a quem a pratica a responsabilidade e obrigação de estar à disposição imediata quando o outro precisar. Até porque, não é o ideal para essa modernidade líquida que os relacionamentos durem por muito tempo, os indivíduos devem ser desprendidos e disponíveis para as oportunidades (BAUMAN, 2003).

Existe ainda outro tipo de espaço descrito por Bauman. São os chamados espaços vazios. Lugares que não possuem sentidos nem significados, que estão além do mapa mental que cada um tem da cidade onde habita. Espaços desconhecidos, não projetados, à margem da cidade. Em que não se sabe quem os habita ou como se comportar neles, onde se está perdido. Podem ser diferentes de uma pessoa para outra, mas todos tem um lugar desconhecido em seu mapa mental.

Todas essas categorias de espaço são, segundo Bauman, características de lugares *públicos mas não civil, que tem como cerne a “dispensabilidade da interação entre os indivíduos”* (BAUMAN, 2000, p. 122). No entanto, são espaços que não evitam a estranhos se encontrarem, muito pelo contrário, eles supõem que esse encontro aconteça. Aqui vemos mais uma característica que faz com que os indivíduos optem por relações virtuais, em vista da facilidade de selecionar com quem se quer interagir. Sendo assim, o homem líquido- moderno se individualiza ao invés de “treinar” uma sociabilidade mais frutífera, uma aceitação, de fato, do diferente.

A capacidade de conviver com a diferença, sem falar na capacidade de gostar dessa vida e beneficiar-se dela, não é fácil de adquirir e não se faz sozinha. Essa capacidade é uma arte que, como toda arte, requer estudo e exercício. A incapacidade de enfrentar a

pluralidade de seres humanos e a ambivalência de todas as decisões classificatórias, ao contrário, se autoperpetuam e reforçam: quanto mais eficazes a tendência à homogeneidade e o esforço para eliminar a diferença, tanto mais difícil sentir-se à vontade em presença de estranhos, tanto mais ameaçadora a diferença e tanto mais intensa a ansiedade que ela gera. O projeto de esconder-se do impacto enervante da multivocalidade urbana nos abrigos da conformidade, monotonia e repetitividade comunitárias é um projeto que se auto-alimenta, mas que está fadado à derrota (BAUMAN, 2000, p. 123).

Isso significa dizer que a busca incessante e compulsiva por reforçar a unidade e igualdade dos sujeitos, torna as diferenças mais “diferentes” ainda, o que faz com que os indivíduos se apoiem cada vez mais a uma insegurança, a um medo do estranho. Daí o movimento circular dessa lógica. A manutenção desse processo se encaixa diretamente na liquidez dessa modernidade. Como vimos anteriormente, o sentimento de insegurança e risco são pilares importantes da modernidade líquida. É esse sentimento que alimenta o processo de individualização e mantém ativo o consumo. O afastamento entre os indivíduos sugere uma dificuldade e um desinteresse por *negociar interesses comuns e um destino compartilhado*; representa a falta de comprometimento com projetos que satisfaçam esses interesses comuns (BAUMAN, 2000).

O medo e a insegurança presentes nessa conjuntura impossibilitam o desenvolvimento dos projetos coletivos. Esses sentimentos vão contra o próprio objetivo do Estado como instituição responsável por eles. Entretanto, não nos enganemos, as estratégias desenvolvidas pelos *representantes do povo* têm convergido em escalas mundiais à perpetuação dessa lógica líquido-moderna. É interesse de todos os que estão no poder incentivar essa patologia social representada pelo esvaziamento do espaço público. Afinal, historicamente, são nesses espaços que se exerce a prática política.

(...) é uma patologia do espaço público que resulta numa patologia política: o esvaziamento e a decadência da arte do diálogo e da negociação, e a substituição do engajamento e mútuo comprometimento pelas técnicas do desvio e da evasão (BAUMAN, 2000, p. 127).

E essa patologia do espaço público é mascarada e direcionada para os *nichos étnicos* diferentes. Bauman salienta, através de Sharon Zukin (1995), que “a

exaustão do ideal de um destino comum reforçou o apelo da cultura” (apud BAUMAN, 2000a, p. 124). O conceito norte-americano de cultura está estreitamente ligado à *etnicidade*, ou seja, representa em si a segregação espacial das diferentes etnias, de forma a se defenderem *conjuntamente* a seus iguais. Defenderem-se de quem? Dos outros. O quadro que se forma é, de certo modo, como o de um estado de natureza *hobbesiano* entre os indivíduos *comuns*, enquanto os que se beneficiam desse quadro estão no conforto e segurança de uma de suas inúmeras mansões, salvaguardados pelos governos e estimulando cada vez mais essa lógica que os beneficia (BAUMAN, 2000).

Tanto os governos quanto os mercados têm se utilizado ao máximo do medo e da insegurança nessa sociedade líquida, assevera Bauman. E ainda os transformam num mercado lucrativo, seja no âmbito político, seja pelo consumo:

Para os governos e mercados, é interessante manter acesos esses medos e, se possível, até estimular o aumento da insegurança. Como a fonte das ansiedades parece distante e indefinida, é como se dependêssemos dos especialistas, das pessoas que entendem do assunto, para mostrar onde estão as causas do sofrimento e como lutar contra ele. Não temos como testar a verdade que nos contam. Só nos resta então acreditar no que dizem. O mesmo ocorre quando nossos líderes políticos nos falaram que Saddam Hussein tinha armas de destruição em massa e estava pronto para detoná-las e quando nos dizem que nossas preocupações e problemas acabarão se os emigrantes forem mandados para casa. A natureza dos medos líquidos contemporâneos ainda abre um enorme espaço para decepções políticas e comerciais (BAUMAN, 2010, p. 75).

E ao persistirem esses medos “invisíveis e desenraizados” a nos atormentar, mesmo após a compra da mais nova mercadoria ou de alguma ação política que visava nos “proteger”, somos obrigados a aguardar quais serão as novas propostas desses “especialistas” que possam nos garantir a tão sonhada segurança. E ela não virá, diz Bauman, não desses “especialistas”, que vislumbram e regozijam a lógica líquida contemporânea e nem sem um enfrentamento contra esse círculo vicioso.

O individualismo advindo da dissolução das estruturas sólidas da “modernidade sólida” representa um direcionamento, ao indivíduo, da responsabilidade pelo seu sucesso pessoal. Cada vez mais cabe a essas “unidades” sociais a resolução dos problemas sistêmicos da sociedade, deixando os governos libertos da responsabilidade pelo social, livres para impulsionar e resolver

unicamente os problemas ligados à economia. Diante da destruição dos “sólidos”, Bauman coloca que:

Os sólidos podem ser derretidos, mas o são para moldar novos sólidos, com melhores formas e mais bem adaptados à felicidade humana do que os antigos- e também mais sólidos e assim mais “garantidos” do que os antigos costumavam ser. Derreter sólidos era para ser apenas o estágio preliminar de limpeza do terreno do empreendimento moderno de tornar o mundo mais adaptado à habitação humana. Projetar um novo ambiente- duro, durável, confiável e fidedigno- para a vida humana deveria ser o segundo estágio, que seria de fato importante porque daria sentido à empreitada. Uma ordem precisava ser desmantelada para que pudesse ser substituída por outra, construída com objetivos e à altura dos padrões da razão e da lógica (BAUMAN, 2001, p. 182).

Essa é a grande cartada da modernidade líquida, os sólidos que deveriam ser construídos no lugar dos que foram destruídos o são, só que em areias movediças, não se fixam de forma alguma e, tampouco, vieram para dar sentido ou garantia de vida melhor aos indivíduos. São tão sólidos quanto os castelos de areia.

Outra explicação dada pelo autor diante desse processo de individualização da modernidade líquida, refere-se à possibilidade de “emancipação” do indivíduo. A emancipação tem sido discutida exaustivamente pelas ciências sociais, sendo tema de suma importância para as áreas de ciência política e sociologia. Essa emancipação sempre fora tratada de forma coletiva. A partir dos avanços neoliberais impulsionando a liquidez moderna, esse tema ficou descolado da coletividade: as habilidades e criatividade individuais é que são ressaltadas pelos governos para que se atinja essa emancipação. Uma das defensoras mais assíduas do neoliberalismo, Margareth Thatcher, declarou certa vez: “Não existe essa coisa de sociedade” (apud BAUMAN, 2000a, p. 38). Declarações como esta, feita pela primeira-ministra britânica da época convergem tacitamente para esse processo de individualização pregado pela modernidade líquida. Cabe orientar o leitor que, segundo Bauman, a individualização é um conceito que vem ao longo do tempo sofrendo mudanças constantes no seu significado, assumindo novas formas corriqueiramente. A individualização na modernidade líquida é diferente daquela que imperava na modernidade sólida. Nas palavras do autor:

Resumidamente, a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das

consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. Em outras palavras, consiste no estabelecimento de uma autonomia *de jure* (independentemente de a autonomia *de facto* também ter sido estabelecida) (BAUMAN, 2000, p. 40).

No desenvolvimento da sociedade surgem diversos “desajustes”, *desacomodações* intrínsecas à estrutura social em mutação. Na antiga modernidade sólida, cabia, segundo Bauman, aos indivíduos a tarefa de se *acomodar* à nova conjuntura social, entretanto as estratégias utilizadas pelos indivíduos com menos recursos consistiam em uma *união de forças* em busca de seus objetivos comuns através da ação coletiva. As classes sociais, em suma, eram a união desses indivíduos, representava a soma das privações individuais, obtendo como produto dessa equação os “interesses comuns”. Dessa forma, os indivíduos viam-se integrados a um coletivo com mais força para reivindicar seus interesses. O que o autor observa é que não faltava possibilidade para se alocar em alguma classe e reivindicar coletivamente seus direitos. No entanto, na modernidade líquida, Bauman observa que:

Não são fornecidos “lugares” para a “reacomodação”, e os lugares que podem ser postulados e perseguidos mostram-se frágeis e frequentemente desaparecem antes que o trabalho de “reacomodação” seja completado. O que há são “cadeiras musicais” de vários tamanhos e estilos, assim como em números e posições cambiantes, que fazem com que as pessoas estejam constantemente em movimento, e não prometem nem a “realização”, nem o descanso, nem a satisfação de “chegar”, de alcançar o destino final, quando se pode desarmar-se, relaxar e deixar de se preocupar. Não há perspectiva de “reacomodação” no final do caminho tomado pelos indivíduos (agora cronicamente) desacomodados (BAUMAN, 2000, p. 42-43).

A citação acima reforça mais uma vez a característica de imprevisibilidade da modernidade líquida. Vale mais uma vez ressaltar, que os sólidos que foram desmantelados pela atual modernidade, não foram reestruturados de forma a satisfazer as necessidades da sociedade, daí o caráter imprevisível e o risco constante a que estão submetidos os indivíduos. E ainda, sugere Bauman, um dos sólidos desmantelados foi a própria classe social a que os indivíduos se ligavam em busca dessa *reacomodação*. Isso permitiu a conjuntura líquido-moderna deixar a cargo dos próprios indivíduos a resolução dos problemas decorrentes do desenvolvimento da estrutura social, ou seja, soluções individuais para problemas

sistêmicos. Toda essa explicação está acoplada ao processo de individualização, processo esse que está em curso e que, segundo Bauman, é uma fatalidade, não uma escolha. A saída para essa fatalidade depende de guiar o processo de individualização de forma a atribuir ao indivíduo a capacidade real de autoafirmação e de construir seu próprio percurso sem a necessidade de resolução, individual, desses problemas sistêmicos. No entanto, é aceita, de certo modo, passivamente pelos indivíduos essa lógica social vigente, gerando, assim, a ilusão de que as frustrações advindas de tal lógica significam estratégias mal adotadas pelos próprios indivíduos, que, segundo assegura Bauman:

(...) se ficam doentes, supõe-se que foi porque não foram suficientemente decididos e industriais para seguir seus tratamentos; se ficam desempregados, foi porque não aprenderam a passar por uma entrevista, ou porque não se esforçaram o suficiente para encontrar trabalho ou porque são, pura e simplesmente, avessos ao trabalho; se não estão seguros sobre as perspectivas de carreira e se agoniam sobre o futuro, é porque não são suficientemente bons em fazer amigos e influenciar pessoas e deixaram de aprender e dominar, como deveriam, as artes da auto-expressão e da impressão que causam. Isto é, em todo caso, o que lhes é dito hoje, e aquilo em que passaram a acreditar, de modo que agora se comportam como se essa fosse a verdade (BAUMAN, 2000, p. 43).

Essa lógica que trata o individualismo como fatalidade é camuflada pela aparente *liberdade* que diz exercer. Essa liberdade pautada em tal tipo de individualismo, de escolhas individuais, apresenta-se como uma impotência para solução dos anseios e necessidades dos indivíduos. A partir disso surge a pergunta: E porque não se organizar coletivamente como no passado? Bauman nos responde que as aflições atuais não se fundem umas às outras gerando uma *causa comum*. E ainda:

Os problemas podem ser semelhantes (e os cada vez mais populares programas de entrevista insistem em demonstrar sua semelhança, enquanto martelam a mensagem de que sua semelhança mais importante consiste em que são enfrentados por conta própria pelos que os sofrem), mas não formam uma “totalidade que é maior que suas partes”; não adquirem qualquer qualidade nova, nem se tornam mais fáceis de manejar por serem enfrentados, confrontados e trabalhados em conjunto. A única vantagem que a companhia de outros sofredores pode trazer é garantir a cada um deles que enfrentar os problemas solitariamente é o que todos fazem diariamente- e portanto renovar e encorajar a fatigada decisão de continuar a fazer o mesmo. (...). Mas o que aprendemos antes de

mais nada da companhia dos outros é que o único auxílio que ela pode prestar é como sobreviver em nossa solidão irremível, e que a vida de todo mundo é cheia de riscos que devem ser enfrentados solitariamente (BAUMAN, 2000, p. 45).

As artimanhas desenvolvidas pela lógica líquido-moderna são amplas, muitas vezes obscuras ao olhar cotidiano. Seja pelos programas de televisão, por revistas, jornais ou propagandas, tal lógica se internalizou nos indivíduos contemporâneos, daí a dificuldade de superá-la. Relembrando Tocqueville, Bauman reitera que “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão”. A diferença entre os dois está no fato de que o cidadão buscar suas necessidades a partir do “bem comum”, enquanto o indivíduo busca sua satisfação pessoal antes da coletiva. Nesse sentido a união entre os indivíduos é um bloqueio para suas conquistas individuais. Qualquer que sejam os benefícios que a ação coletiva possa gerar, esta representa um empecilho para a liberdade individual. Assim sendo, os indivíduos se isolam, buscando separadamente seus próprios interesses. Ligando esse aspecto da individualização como fatalidade ao nosso tema central de esvaziamento do espaço público, Bauman coloca que:

Se o indivíduo é o pior inimigo do cidadão, e se a individualização anuncia problemas para a cidadania e para a política fundada na cidadania, é porque os cuidados e preocupações dos indivíduos enquanto indivíduos enchem o espaço público até o topo, afirmando-se como seus únicos ocupantes legítimos e expulsando tudo mais do discurso público. O “público” é colonizado pelo “privado”; o “interesse público” é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas de figuras públicas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissões de sentimentos privados (quanto mais íntimos, melhor). As “questões públicas” que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis (BAUMAN, 2000, p. 46).

Podemos observar, por conseguinte, e adiantando a discussão que será feita no próximo capítulo, que o espaço público não está de fato vazio, seu esvaziamento foi ocupado e colonizado pelo “privado”. Essa “reocupação” do espaço público pela esfera do privado o transforma-o numa grande tela, onde o espetáculo da vida privada é o filme em cartaz.

A discussão colocada anteriormente sobre o individualismo como fatalidade é também explicitada de outra forma pelo autor. Esse tipo de individualismo nada mais é do que o indivíduo atingindo sua condição *de jure*, ou seja, carregando o fardo

pelos seus fracassos. Por outro lado, a condição de indivíduo *de facto* parece cada vez mais distante. Bauman coloca que:

(...) há um grande e crescente abismo entre a condição de indivíduos *de jure* e suas chances de se tornar indivíduos *de facto*- isto é, de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam. É desse abismo que emanam os eflúvios mais venenosos que contaminam as vidas dos indivíduos contemporâneos. Esse abismo não pode ser transposto apenas por esforços individuais: não pelos meios e recursos disponíveis dentro da política-vida auto-administrada. Transpor o abismo é a tarefa da Política com P maiúsculo. Pode-se supor que o abismo em questão emergiu e cresceu precisamente por causa do esvaziamento do espaço público, e particularmente da ágora, aquele lugar intermediário, público/privado, onde a política-vida encontra a Política com P maiúsculo, onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas (BAUMAN, 2000, p. 48-49).

Essa foi a grande surpresa para a teoria crítica atual. Se antes, na modernidade sólida, o papel da teoria crítica era o de alarmar a sociedade ante o poder abusivo e autoritário do Estado (poder público) suprimindo a esfera do privado, agora na modernidade líquida o que ocorre é o contrário, é a esfera privada que empurra o público para fora da ágora. Para Bauman, o equilíbrio entre as duas esferas é preponderante, é impossível o indivíduo *de jure* atingir sua condição de indivíduo *de facto*, sem antes chegar à condição de cidadão.

CAPÍTULO 2 – O ESVAZIAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO E O DIVÓRCIO ENTRE PODER E POLÍTICA

Vimos anteriormente que o espaço público está vazio de questões públicas, ou seja, a tarefa democrática fora reduzida a *confissões de sentimentos privados*. Mas o que isso significa? Como ocorreu esse esvaziamento? Quais são os efeitos desse processo na democracia contemporânea?

Tomando o exemplo grego como *tipo ideal* de democracia, Bauman busca respostas para as perguntas anteriormente formuladas. A partir de Aristóteles temos a divisão dos conceitos de *oikos* e *ecclesia*, cada um representando as duas esferas, privada e pública. O *oikos* trata da esfera do privado, nossa vivência mais íntima, aquela a que temos contato todos os dias, onde nos encontramos com familiares e alguns amigos próximos e discutimos sobre as maneiras que julgamos melhores para a convivência nesse pequeno grupo. A *ecclesia*, por outro lado, trata da esfera do público, representa nas palavras de Bauman: “aquele domínio distante, que raras vezes visitamos pessoalmente mas onde as questões públicas, as matérias que afetam as vidas de cada um de nós, são estabelecidas” (BAUMAN, 2001, p. 251). O lugar onde essas duas esferas se encontram e dialogam entre si era denominado pelos gregos de *ágora*. Bauman discorre da seguinte forma:

É na *ágora* que “o público” e “o privado” se encontram, são apresentados um ao outro, passam a se conhecer e aprendem, por tentativa e erro, a difícil (e útil) arte da coabitação pacífica (BAUMAN, 2001, p. 251).

É o diálogo entre essas duas esferas que representa a tarefa primordial da democracia, e é na *ágora* onde ocorre essa interação. Daí Bauman dizer que “a *ágora* é a terra natal da democracia” (BAUMAN, 2001, p.251). Ora, se a arte da coabitação pacífica democrática é aprendida por tentativa e erro, fica visível que esse processo é contínuo, perpétuo, não se pode parar o movimento, já que a estagnação dele consiste no fim da democracia. É importante observar que, para Bauman, essa interação entre as duas esferas deve ter um caráter autônomo, ou seja, por um lado os indivíduos em sua esfera privada (*oikos*) devem ter liberdade para formular e propor suas opiniões, enquanto a *ecclesia* deve ter sua autonomia

de promulgar as leis geradas a partir do debate dessas opiniões privadas. Isto, como atesta Bauman, é:

O que faz com que a conversação existente entre o conselho e o povo tenha significado e que suas reuniões regulares valham o tempo e o esforço que requerem é a expectativa de que “aquilo que for considerado bom” para ambos os lados se tornará a lei que ambos os lados obedecerão e pela qual serão governados. Para ver sentido em exercer sua autonomia, os cidadãos precisam saber e acreditar que a sociedade que apela para seus pensamentos e trabalho também é autônoma (BAUMAN, 2001, p. 252-253).

Porém, o autor observa que a democracia sofre um duro golpe nessa conjuntura líquida atual. Esse golpe consiste na falta de autonomia tanto da esfera pública, quanto da esfera privada. A esfera pública, simbolizada pela *ecclesia*, perdeu seu poder de instituir as leis que representam o *bem comum* advindas desse debate. Por outro lado, existe um desengajamento do *oikos* em propor suas opiniões e o debate com a outra esfera. Dessa forma a democracia é ameaçada.

A impotência do Estado, representante da *ecclesia*, se mostra pelo divórcio entre poder e política. As instituições políticas estatais seguem os mesmos modelos antiquados de sua formação, no entanto, a sociedade líquida se desenvolveu de forma a alterar alguns aspectos que deveriam ser regulados por tais instituições. No divórcio entre poder e política, o Estado assumiu para si como “herança da divisão de bens” a política, de caráter local, definida por suas divisas e fronteiras espaciais, enquanto o poder se tornou global, sem nenhuma fronteira, veloz e (para citar Manuel Castells) fluido (BAUMAN, 2001). Outra característica desse poder é seu descompromisso, como coloca Bauman:

O poder tende a ser medido pela capacidade de evitar compromisso ou de desobrigar-se e escapar de repente ou sem aviso, enquanto o sintoma da falta de poder é a incapacidade de parar ou até mesmo de diminuir os movimentos. Manter aberta a opção do “ato de desaparecimento” está se tornando a estratégia principal dos poderes globais, e “atacar e fugir” transforma-se na tática mais usada por eles (BAUMAN, 2001, p. 253-254).

Sendo assim, o Estado adota comprometerimentos políticos dos quais não possui o poder de cumprir. E o poder para cumprir esses compromissos se posiciona bem distante dali de acordo com seu interesse diante desse comprometimento político assumido pelo Estado. A falta de barreiras para o poder possibilita, de

acordo com Bauman, sua livre movimentação pelo globo, aliada a sua omissão, faz com que as reivindicações dos membros da sociedade recaiam inteiramente para o Estado, já que tais reivindicações também apresentam um caráter estritamente localizado. Isso permite ao poder retornar a qualquer lugar após “a poeira baixar”. Essa postura do poder global faz com que os indivíduos assumam uma postura de que não existe alternativa e assim reforçam a impotência do diálogo entre as esferas do *oikos* e da *ecclesia*. Bauman desenvolve:

Não há nada que possamos fazer para interromper o jogo- e se você não pode vencê-los, junte-se a eles. De um modo ou de outro, o resultado é quase o mesmo. A sabedoria política se reduz a deixar os portões escancarados para a livre movimentação do capital financeiro e comercial e para tornar o país hospitaleiro e sedutor para os nômades poderosos, minimizando as regras e maximizando a flexibilidade dos mercados financeiro e de trabalho. Em outras palavras a *ecclesia* usa seu poder para entregar poder (BAUMAN, 2001, p. 255).

Essa visão mostra que não é só o poder global que se omite, o Estado também o faz ao entregar seu poder e permitir a livre circulação desse poder global. E, além disso, atesta Bauman, os indivíduos aderem passivamente a essa lógica, não buscando invertê-la reavivando o diálogo entre as esferas.

Quando fala de esvaziamento do espaço público ou, para ser mais preciso da ágora, Bauman, coloca que esse esvaziamento não durou muito. Relembrando o que já foi dito, a esfera do *oikos*, privada, ocupou, colonizou o espaço em questão:

O “privado” invadiu a cena-destinada-a-ser-pública, mas não para interagir com o “público”. Mesmo quando está sendo enxovalhado na frente do público, o “privado” não adquire uma nova qualidade; quando muito, é reforçado em sua privacidade (BAUMAN, 2001, p. 256).

Mais uma vez recai ao indivíduo a resolução, solitária, de seus problemas, sua descrença nos poderes da *ecclesia*, junta ao reforço de seu individualismo. Intimidades de pessoas públicas se tornam o espetáculo do espaço público. A democracia é rompida a partir da falta da prática da *translação contínua entre o público e o privado*. Na definição do autor:

A democracia é um “círculo de translação”. Quando este movimento para, a democracia acaba. A democracia não pode reconhecer qualquer translação como final e não mais aberta à negociação sem

trair sua natureza. Podemos definir uma sociedade democrática por sua suspeita nunca totalmente mitigada de que seu trabalho não está completo, que ela ainda não é democrática o bastante (BAUMAN, 2001, p. 252).

Desse modo, Bauman coloca que a democracia está sempre em um destino final *inalcançável*, nós podemos nos aproximar dela, mas nunca a alcançamos definitivamente. No entanto, na sociedade líquida, aumentamos a distância em relação à democracia. O individualismo e a falta de diálogo das esferas pública e privada correspondem a um desvio de caminho para a democracia. O próprio conceito de democracia teve uma mudança abrupta na conjuntura líquido-moderna. Ou seja, a aproximação entre democracia e liberalismo foi fator crucial para o desenvolvimento do individualismo e para o enfraquecimento do Estado, a lógica de livre concorrência de mercado e o Estado mínimo foram estimuladas por essa nova modernidade.

Essa junção de liberalismo e democracia¹, que resultou numa democracia liberal, emperra a participação e vigilância do Estado pelos *cidadãos*, característica essencial da democracia, pois ao reforçar os pressupostos do liberalismo – como o Estado mínimo e livre concorrência de mercado – reconhece as leis do mercado em detrimento às leis da *Polis*. Como afirma o autor, na obra *Em busca da política*:

Quando o estado reconhece a prioridade e superioridade das leis do mercado sobre as leis da polis, o cidadão transforma-se em consumidor “demanda mais e mais proteção, enquanto aceita cada vez menos a necessidade de participar” no governo do Estado. O resultado global são as atuais “condições fluidas de anomia generalizada e rejeição das normas” em todas as suas versões. Aumenta, em vez de diminuir, a distância entre o ideal da democracia liberal e sua versão real, de fato existente. Temos um longo caminho a percorrer antes de sequer pensarmos em alcançar uma sociedade na qual “os indivíduos reconheçam sua autonomia junto com os laços de solidariedade que os unem”. Como as coisas se apresentam no momento, com o Estado recusando sua responsabilidade pela segurança de todos e cada um, “[a]s leis do mais forte triunfam sobre os fracos”; a versão real e efetiva da democracia liberal parece gerar

¹ Iniciada em meados do século XIX, como nos mostra Luciano Gruppi ao expor as ideias de Benedetto Croce: “No século XIX parecia que o ideal democrático se fundiria com o ideal liberal. A concordância entre liberalismo e democracia se dava não somente ao negativo (pela oposição comum contra o clericalismo e o absolutismo), mas também ao positivo (através da comum exigência de liberdade individual, de igualdade civil e política e de soberania popular). Mas é justamente aqui que se escondia a diversidade, segundo Croce. Com efeito, os democratas e os liberais concebiam de maneiras diferentes o indivíduo, a igualdade, a soberania, o povo” (GRUPPI, 1980, p.23).

uma “sociedade de duas marchas, uma nação em duas camadas” (BAUMAN, 2000a, p.159-160).

Assim sendo, o autor também suscita a incompatibilidade da forma de governo republicano com a democracia liberal, pois uma república pressupõe cidadãos que ajam politicamente. Para Bauman, a junção da democracia com o liberalismo criou uma força que tenta se equilibrar entre duas questões difíceis: A manutenção da eficiência do Estado liberal; e a sustentação da auto-afirmação do indivíduo, dos direitos individuais.

Entretanto, essa situação beneficia as forças globais, as tornando os únicos responsáveis pelas regras do jogo. E ainda desarticula *ecclesia* e *oikos*, os únicos que juntos poderiam inverter essa situação. Bauman assevera que:

(...) a crescente impotência prática das instituições públicas diminui o interesse em questões e posições comuns de sua esfera de atração, enquanto a capacidade enfraquecida e a vontade definhante de trasladar sofrimentos privados para questões públicas facilita o trabalho das forças globais que impulsionam essa impotência à medida que se alimenta de seus resultados (BAUMAN, 2001, p. 257).

Outra característica estimulada pelas elites globais diante a impotência do Estado vem sendo cada vez mais comum nos dias de hoje, Bauman se refere aos processos de desregulamentação e privatização. Diante desses processos, o Estado se omite mais uma vez de suas responsabilidades governamentais, terceirizando instituições essenciais para a sociedade como um todo. O Estado age, cada vez mais, como uma empresa, enquanto, ao mesmo tempo, abre as portas para o poder global das grandes corporações. Dessa maneira, o poder global participa das decisões em áreas como educação, habitação, saúde, tornando esses serviços cada vez mais privados e inacessíveis para uma parcela gigantesca da população. Além disso, introduz nesses serviços suas próprias regras, as regras de mercado, transformando, como diz Bauman, a:

(...) reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e à semelhança, das relações entre os consumidores e os objetos de consumo. Esse feito notável foi alcançado mediante a anexação e colonização, pelos mercados de consumo, do espaço que se estende entre os indivíduos- esse espaço em que se estabelecem as ligações que conectam os seres humanos e se erguem as cercas que os separam (BAUMAN, 2008, p. 19).

Esse novo molde das relações humanas, baseado na lógica do mercado, aprimorou, segundo Bauman, o que Karl Marx chamava de *fetichismo da mercadoria*. Se tal conceito marxiano consistia, em suma, em uma ilusão de que as mercadorias travavam uma relação entre si, escondendo o caráter humano por trás dessa relação, Bauman constata que na conjuntura líquida atual se exerce o *fetichismo da subjetividade*. Ou seja, se na sociedade de produtores a força de trabalho se tornou uma mercadoria, na sociedade dos consumidores a própria subjetividade ganhara essa característica. E pela lógica de competitividade entre as mercadorias, os indivíduos se moldam de forma a se tornarem mais atraentes para o consumo. Daí, Bauman ressalta o sucesso da internet e suas *redes sociais*, como uma forma de tornar público essa subjetividade, sua privacidade, se mostrarem interessantes para os demais usuários da rede (BAUMAN, 2008). À medida que o indivíduo/consumidor faz sua auto propaganda na rede, também reforça suas escolhas de consumo. Seu esforço para se destacar perante os outros indivíduos é o que atribui a essa *mercadoria humana* uma diferença de qualidade, como Bauman coloca:

Além de sonhar com a fama, outro sonho, o de não mais se dissolver e permanecer dissolvido na massa cinzenta, sem face e insípida das mercadorias, de se tornar uma mercadoria notável, notada e cobiçada, uma mercadoria comentada, que se destaca da massa de mercadorias, impossível de ser ignorada, ridicularizada ou rejeitada. Numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas (BAUMAN, 2008, p. 22).

E esses sonhos são estimulados pelos aparatos do poder global. A mídia é um dos mais poderosos equipamentos a serviço do poder. Dessa forma, o indivíduo/mercadoria se espelha nos espetáculos midiáticos, visando imitar as *celebridades*, que nada mais são do que mercadorias de destaque. E por serem de destaque, têm suas vidas privadas expostas ao público, enquanto isso, o espaço público, permanece carente de questões públicas.

Se em outras épocas eram mais comuns e vistos como modelos *mártires* e *heróis*, na sociedade líquido-moderna, Bauman observa a ascensão da *celebridade*. Isso porque, o desapego praticado na sociedade atual, transforma as ações de *mártires* e *heróis* em incompreensíveis. Os indivíduos, carentes de causas coletivas,

não aderem a tais causas defendendo-as com a “própria vida” se necessário. Diferente desses personagens de outrora. Bauman constata que:

A sociedade de consumo líquido-moderna estabelecida na parte rica do planeta não tem espaço para mártires e heróis, já que mina, despreza e combate os dois valores que desencadearam sua oferta e demanda. Em primeiro lugar, milita contra o sacrifício das satisfações imediatas em função de objetivos distantes e, portanto, contra a aceitação de um sofrimento prolongado tendo em vista a salvação na vida após a morte- ou, na versão secular, retarda a gratificação agora em nome de mais ganhos no futuro. Em segundo lugar, questiona o valor de sacrificar satisfações individuais em nome de uma “causa” ou do bem-estar de um grupo (na verdade, nega a existência de grupos “maiores que a soma das partes” e de causas mais importantes do que a satisfação individual). Em suma, a sociedade de consumo líquido-moderna despreza os ideais de “longo prazo” e da “totalidade”. Num ambiente que promove os interesses do consumidor e é por eles sustentado, nenhum desses ideais mantém o antigo poder de atração, encontra apoio na experiência cotidiana, está afinado com as reações treinadas ou se harmoniza com a intuição do senso comum. Assim sendo, tais ideais tendem a ser substituídos pelos valores da gratificação instantânea e da felicidade individual (BAUMAN, 2005, p. 63-64).

O ponto em comum entre mártires e heróis era o fato de agirem em prol de um coletivo, o primeiro enfrentando *desvantagens esmagadoras*, mas morrendo em nome de um pequeno grupo injustiçado, enquanto o herói pode ser representado pelo soldado em uma guerra, lutando pela sua pátria, seu coletivo. Diferentemente, as celebridades da era líquido-moderna assumem as características individualizadas de sua época. E ao assumir essas características são sempre transitórias, perdem a qualquer momento seu status de *celebridade*. Veja o que Bauman diz sobre as celebridades:

Em contraste com o caso dos mártires ou heróis, cuja fama vinha de seus feitos e cuja chama era mantida acesa para comemorar esses feitos e assim reassegurar e reafirmar sua importância duradoura, as razões que trazem as celebridades para as luzes da ribalta são as causas menos importantes de sua “qualidade de conhecido”. O fator decisivo nesse caso é a notoriedade, a abundância de imagens e a frequência com que seus nomes são mencionados nas transmissões públicas de rádio e TV e nas conversas privadas que se seguem. As celebridades estão na boca de todos: são nomes familiares em todas as famílias. Tal como mártires e heróis, fornecem uma espécie de cola que aproxima e mantém juntos grupos de pessoas que sem elas seriam difusos e dispersos. Poderíamos ser tentados a dizer que hoje em dia elas são os principais aspectos geradores de comunidades, caso as comunidades em questão fossem não apenas imaginadas, como na sociedade da era sólido-moderna, mas

também imaginárias, à maneira de aparições; e acima de tudo frouxamente unidas, frágeis, voláteis e reconhecidas como efêmeras. É principalmente por essa razão que as celebridades se sentem tão à vontade no ambiente líquido-moderno: a modernidade líquida é seu nicho ecológico natural (BAUMAN, 2005, p. 68).

Dessa forma, os indivíduos almejam esse status e ele aparece como *possível* para cada um, momentâneo com seus “quinze minutos de fama” e descartável como diversos outros âmbitos da vida líquida. A felicidade pode ser atingida de forma instantânea e sem a necessidade de recorrer a atitudes heroicas e martírios. Ou assim se supõe.

A categoria que contrapõe a *celebridade* nessa sociedade líquida é a de *vítima*. Essa nova categoria também se fundiu com as características de modernidade líquida. A *vitimização* nessa nova era aparece, segundo Bauman, na forma de injustiças a essas vítimas. No entanto, as resoluções para essas injustiças não são praticadas, ao invés disso são abafadas em “doses homeopáticas”, o que se busca é uma compensação diante do sofrimento, não a resolução do problema real. Isso abre caminho para que “especialistas jurídicos” defendam a causa do sofredor, e, quando vencedores, ganhem benefícios materiais que consolem o *injustiçado*, enquanto o problema em si não é atacado. Bauman explica assim:

A compensação financeira buscada pelas vítimas da era líquido-moderna pelos equívocos que sofreram (a vitimização, como tudo mais numa sociedade assim, pode e deve ter um rótulo com o preço afixado) parece somar os atrativos de ambos os mundos. Abre espaço para o antigo desejo de vingança, ao mesmo tempo que interrompe a *vendeta* antes do banho de sangue que exigiria mais sangue a ser derramado. Porém, o que é mais importante, toma a vingança das mãos do vingador (BAUMAN, 2005, p. 67-68).

Tais características permitem observar que os ideais de justiça e as resoluções de problemas e sofrimentos não foram perdidos, pior que isso, foram comprados pelo mercado.

Todo esse panorama da sociedade líquido-moderna está profundamente atrelado à dificuldade de diálogo entre as esferas pública e privada. A impotência do Estado, como maior instituição pública, em guiar o rumo dos acontecimentos só reforça a lógica atual. Relembrando o diálogo entre Cornelius Castoriadis e Daniel Mermet, Bauman atenta para o fato de que a maior característica da política

contemporânea é sua insignificância. Segundo Castoriadis: “Os políticos são impotentes... Já não têm programa, seu objetivo é manter-se no cargo” (apud BAUMAN, 2000a, p. 12). Bauman continua:

As mudanças de governo- até de “campo político”- não são um divisor de águas, mas no máximo uma ondulação na superfície de um rio a correr sem parar, monotonamente, com sombria determinação, em seu leito, levado por seu próprio ímpeto. Há um século, a fórmula política dominante de liberalismo era uma ideologia desafiadora e impudente de “grande salto à frente”. Hoje em dia, não passa de uma auto-apologia da rendição. “Esse não é o melhor dos mundos imagináveis, mas o único mundo real. Além disso, todas as alternativas são, devem ser e se revelarão piores se experimentadas na prática.” O liberalismo reduz-se hoje ao mero credo de que “não há alternativa”. Se quiser descobrir quais são as raízes da crescente apatia política, também não precisa procurar muito. Esta política louva e promove o conformismo (...) (BAUMAN, 2000a, p. 12).

E o rio que corre é o da lógica de mercado. Não importando muito, segundo o autor, o direcionamento político dos partidos e *especialistas da ecclesia*, nem tampouco sua localização municipal, estatal ou nacional, já que o poder do *fazer* fora expropriado dessa esfera. E o pouco poder que possui, é doado de bom grado para estimular o poder global a caminhar em sua direção. Segundo Bauman, “a arte da autolimitação: a de libertar os indivíduos para capacitá-los a traçar, individual e coletivamente, seus próprios limites individuais e coletivos”, fora praticamente abandonada. Ficam expostos para os indivíduos dois caminhos, duas perspectivas, onde nenhuma delas pode chegar a autolimitação, segundo Bauman:

Qualquer tentativa de autolimitação é considerada o primeiro passo para o gulag², como se não houvesse nada além da opção entre ditadura do mercado e a do governo sobre as nossas necessidades- como se não houvesse lugar para a cidadania fora do consumismo. É nessa e só nessa forma que os mercados financeiros e mercantil toleram a cidadania. E é essa forma que os governos do dia promovem e cultivam (BAUMAN, 2000a, p.12).

É muito importante, atenta Bauman, observar que o desdobramento de toda essa lógica desemboca no sofrimento humano. Sem a política para sancionar as necessidades dos indivíduos, através de uma *estrutura do sofrimento*, estes se vêm em um ambiente hostil, de incerteza, insegurança e risco, onde o agir coletivo consistiria em um risco a mais, onde as instituições políticas que apoiariam esse agir

² Prisões soviéticas do regime stalinista.

se mostram ineficazes, nos obrigando a pensar sempre individualmente no como encarar cada dia, lembrando-nos sempre a mudança frenética da sociedade, intensificando nossa inquietude em relação ao emprego, as parcerias e a nossa posição na sociedade, exaltando nossa individualidade e nosso conformismo diante da lógica que nos oprime. E as ações que poderiam combater esse panorama não o fazem, segundo Bauman:

O problema, porém, é que se fazer algo efetivamente para curar ou ao menos mitigar a inquietude e incerteza exige ação unificada, a maioria das medidas empreendidas sob a bandeira da segurança são divisórias, semeiam a desconfiança mútua, separam as pessoas, dispondo-as a farejar inimigos e conspiradores por trás de toda discordância e divergência, tornando por fim ainda mais solitários os que se isolam. O pior de tudo: se tais medidas nem chegam perto da verdadeira fonte da ansiedade, desgastam toda a energia que essas fontes geram – energia que poderia ser utilizada de modo muito mais efetivo se canalizada para o esforço de trazer o poder de volta ao espaço público politicamente administrado (BAUMAN, 2000a, p. 13).

Desse modo, Bauman coloca a importância do poder retornar para o espaço público. Mas não é só isso, mostra-se fundamental o diálogo entre as esferas públicas e privada, mediado politicamente, onde essa política seja democrática e retorne ao seu objetivo conceitual de transformar as aflições individuais em causas coletivas, e disso equilibrar a estrutura social de acordo com o bem-estar dos cidadãos. E o Estado deve reassumir sua responsabilidade como maior representante da *ecclesia*, tendo o poder de outorgar as resoluções advindas do diálogo entre as esferas. Entretanto, com o *poder flutuante*, as decisões ficam distantes de qualquer diálogo, fora do espaço público, indiferentes a qualquer política.

O trabalho de construir esse ambiente propício para o diálogo democrático é árduo. Representa um esforço grandioso quebrar com as lógicas impostas pelos donos do poder global, também consiste em uma responsabilidade incessante e que, como tudo na modernidade líquida, possui sua margem de risco e insegurança latentes. Bauman nos diz:

Atacar a insegurança na fonte é uma tarefa assustadora, que requer nada menos que repensar e renegociar algumas das suposições mais fundamentais do tipo de sociedade atualmente existente – suposições que se arraigam tanto mais rápido por serem tácitas, invisíveis ou indizíveis, para além de qualquer discussão ou disputa.

Como colocou o falecido Cornelius Castoriadis, o problema com nossa civilização é que ela parou de se questionar. Nenhuma sociedade que esquece a arte de questionar ou deixa que essa arte caia em desuso pode esperar encontrar respostas para os problemas que a afligem – certamente não antes que seja tarde demais e quando as respostas, ainda que corretas, já se tornaram irrelevantes (BAUMAN, 2000a, p. 14).

A arte de se questionar caiu tanto em desuso quanto o diálogo entre as esferas pública e privada. Sem o questionamento e sem o diálogo, o indivíduo se mostra completamente imerso na lógica líquida atual, e a garantia de sua liberdade individual é ameaçada, já que, para Bauman, a “liberdade individual só pode ser fruto do trabalho coletivo”. Ou seja, uma das premissas básicas do liberalismo foi engolida pela nova conjuntura líquida, impulsionando a “falta de expectativa e o sofrimento” do nosso tempo.

Diante do conformismo dos indivíduos e as ações de isolamento em busca da segurança fomentado pelo Estado, o medo assume um alicerce importante para a liquidez dos tempos, que só faz por aumentar as distâncias entre os indivíduos e a impossibilidade de atingir suas buscas coletivamente, Bauman insiste:

Solitários amedrontados e sem comunidade ficarão procurando uma comunidade sem medos e aqueles encarregados do espaço público inóspito continuarão a prometer-lá. O problema, porém, é que as únicas comunidades que os solitários podem pensar em construir e os administradores do espaço público podem séria e responsabilmente oferecer são aquelas sobre o medo, a suspeita e o ódio. Em algum ponto do caminho, a amizade e a solidariedade, outrora importantes componentes da construção comunitária, tornaram-se inconsistentes demais, frágeis demais ou ralas demais para o objetivo (BAUMAN, 2000a, p. 22).

Assim, é mais uma vez observável a complexidade da lógica líquida, e o como, não por acaso, as ações políticas além de ineficazes para combatê-la acabam por reforçá-la. E o ciclo se apresenta da forma do medo gerando a individualização, e quanto mais sós estamos mais medo sentimos. Dessa forma, na ânsia de não estarmos sozinhos, nos aproximamos de outros indivíduos (também imersos em sua individualidade e solidão) buscando um inimigo comum para direcionar todo o ódio subsequente da lógica líquida. Isso nos lembra da discussão do primeiro capítulo, onde direcionamos nosso ódio para os *indesejáveis*, para o *outro*, o *diferente*, como

se não existissem questões coletivas a que ambos os lados pertencessem, reproduzindo ainda mais a lógica atual, esfacelando possíveis alianças e subjugando o *outro* como culpado da situação. Enquanto isso, o poder global gargalha diante da situação, estimulando-a e decidindo os rumos das vidas de todo o planeta a seu *bel prazer*.

Bauman observa, no entanto, que mesmo quando os indivíduos solitários se aproximam entre si, definindo um inimigo comum, essa *coletividade* é muito frágil, e tende a desaparecer logo. E o estímulo da desconfiança perante o “estranho” nos induz a uma frieza com os próprios vizinhos. Ou seja, pelo medo constante a que estamos submetidos, direcionamos a responsabilidade desse medo para o *diferente*, mas também nos sentimos receosos em relação às pessoas que nos cercam, mesmo estas sendo mais *parecidas* conosco. Nas palavras de Bauman:

A frieza com os “forasteiros”, estranhos tornando-se vizinhos e vizinhos virando estranhos, é sinal de um esfriamento geral das relações humanas por toda parte. Frias são as pessoas que de há muito esqueceram como pode ser aconchegante a comunhão humana e quanto consolo, conforto, encorajamento e simples prazer se pode obter dividindo a própria sorte e esperanças com os outros- “outros como eu” ou, mais precisamente, outros que são “como eu” exatamente por *dividirem* minha sorte, minhas misérias e sonhos e, mais ainda, por me preocupar com sua sorte, sua miséria e sonhos (BAUMAN, 2000a, p. 60).

Se em outros tempos, “ser amigo” significava enfrentar os problemas e dificuldades conjuntamente, “lado a lado”, os perigos de hoje são muito diferentes e indecifráveis. Atacam isoladamente cada indivíduo. São forças que não se personificam, praticamente invisíveis aos olhos de cada um. “Os golpes do destino são desferidos por forças misteriosas e sem endereço certo que se disfarçam sob nomes curiosos e desnorteadores como mercado financeiro, comércio global, competição, oferta e procura” (BAUMAN, 2000a, p. 61). A solidariedade, tão almejada outrora, hoje em dia se reduz a cacos de vidro, os sofrimentos e angústias não se somam, não criando assim uma união de interesses e forçando o indivíduo a estar cada vez mais solitário, acuado e disposto a atacar os *estranhos* ao redor.

E na medida em que esses medos aumentam, o Estado explora a insegurança de modo a transformá-la em uma boa fonte de votos. Por sua política e

poder restritos geograficamente, o Estado pode combater de forma visível para os indivíduos essa insegurança, sem, contudo, resolver o problema de fato, já que estimular essa insegurança para depois combatê-la se mostra mais frutífero para esses *especialistas da ecclesia*, ou seja, políticos que visam a reeleição e seus aliados de mandato.

Fato é que, se os indivíduos vivem *sitiados*, desagregados e com medo, a liberdade “prometida” em outros tempos não fora alcançada. A liberdade de escolha de consumo, nem de longe era a defendida pelos antepassados da era líquida. Segundo Bauman:

Originalmente, o que prometiam os pensadores da modernidade emergente era uma liberdade ativa, a liberdade de fazer as coisas e refazê-las para melhor se adequar à existência humana. O que tinham em mente era a *liberdade do ser humano*. Liberdade que tinha como elemento primordial a capacidade de dar às coisas uma forma tal que os membros da espécie não fossem mais impedidos de agir de acordo com o mais humano dos seus dons naturais: o poder de fazer juízos racionais e se portar segundo os preceitos da razão. Era na capacidade humana de agir, na capacidade coletiva da espécie de corrigir erros e descuidos da natureza e os seus próprios erros e desleixos do passado que se esperava encontrar um inabalável alicerce para a liberdade individual – liberdade de seguir o caminho da razão. Só dentro da coletividade todo-poderosa o indivíduo poderia ser realmente livre – quer dizer, não ser escravo de suas paixões e desejos pré-humanos ou inumanos (BAUMAN, 2000a, p. 77-78).

No entanto, afirma Bauman, com as experiências fascistas e comunistas, que se mostraram desastrosas no âmbito humano, a credibilidade dessa liberdade coletiva perdeu muito de sua abrangência. Os indivíduos perderam seu interesse em tal liberdade, e dessa forma aceitaram o que lhes é imposto com surpreendente naturalidade. “Não existe alternativa”, como já fora dito. Além de aceitar, os indivíduos, impulsionam essa lógica com certa determinação, em diálogo com Thomas Mathiesen³, Bauman coloca:

(...) o Panóptico, o grande instrumento para manter as pessoas juntas no que veio a ser conhecido como “sociedade” foi gradualmente substituído pelo Sinóptico: em vez de poucos vigiarem muitos, agora são muitos que vigiam poucos. A maioria não tem outra opção senão vigiar; com as fontes de virtudes públicas quase inexistentes, só se pode procurar uma razão para os esforços vitais

³ Thomas Mathiesen (1933) é sociólogo norueguês, um dos mais influentes na área de sociologia do direito, ficou conhecido devido a estudos realizados sobre preservação dos direitos dos presidiários.

nos exemplos disponíveis de bravura pessoal e recompensa para tal bravura. De modo que vigia de boa vontade, com gosto, e pede em alto e bom som mais coisas para vigiar. Ocultar a vida pessoal à vigilância pública já não é do “interesse público”. Os grandes e famosos (grandes porque famosos) não mais aspiram ao poder pastoral e por isso não oferecem mais instrução em matérias de virtudes públicas; o último serviço que podem prestar ao antigo rebanho é expor suas próprias vidas para que os outros admirem e também para que desejem e tentem imitá-las. Se o Panóptico representou a guerra de atrito contra o privado, o esforço de dissolver o privado no público ou de pelo menos varrer para debaixo do tapete todos os fragmentos do privado que resistiriam a ser moldados de forma publicamente aceitável, o Sinóptico reflete o ato de desaparecimento do público, a invasão da esfera pública pela privada, sua conquista, ocupação e paulatina mas inexorável colonização. Inverteram-se as pressões sobre a linha de divisão/conexão entre o público e o privado (BAUMAN, 2000a, p. 77).

Nota-se, então, que o indivíduo acaba exercendo um papel importante de vigia nesse modelo descrito. A ausência de reflexão e questionamentos acerca desse todo faz com que este indivíduo reproduza seu próprio sofrimento. E mais uma vez se mostra o dualismo entre o público e o privado, como se desde os primórdios, essas esferas sempre estivessem em guerra, mascarando e distorcendo a verdadeira relação entre essas esferas, corrompendo o equilíbrio necessário e, dessa forma, interrompendo o caminho para a democracia. Mas será que a democracia realmente está sendo almejada pelos poderes políticos e globais dessa modernidade líquida?

O quadro que se forma mostra justamente o contrário. A omissão do Estado em redirecionar o caminho da sociedade para a democracia é visível. Sua autonomia fora aniquilada pela sua dependência ao poder global. E sem essa autonomia do Estado, a sociedade perde a capacidade de se autogerir racionalmente, de modo a satisfazer as necessidades de seus membros coletivamente. Diante da autonomia da sociedade, Bauman suscita a discussão:

Observemos que, saibam ou não disso e estejam ou não prontas a viver com tal conhecimento, todas as sociedades são autônomas (todas as sociedades criam mesmo suas instituições e a qualquer custo as mantêm vivas, atuantes e efetivas), mas só algumas, muito poucas na verdade, admitem isso abertamente e fazem questão de ressaltá-lo. Talvez seja melhor não dividir as sociedades em heterônomas e autônomas (quando se fala de sociedade “heterônoma”, pode-se indiretamente endossar a ocultação que a maioria das sociedades realiza de modo proposital ou não), mas em

autônomas *an sich* [em si] e autônomas *für sich* [para si]. A diferença entre os dois tipos de sociedade é a diferença entre a presença e a ausência da *consciência* de autonomia e o grau em que se *institucionalizou* essa consciência no funcionamento cotidiano da sociedade (BAUMAN, 2000a, p. 86).

Desse modo, Bauman mostra que as instituições sociais são feitas pelas mãos humanas, e devem favorecer ao coletivo da sociedade. A consciência dessa autonomia se mostra necessária, na medida em que essa consciência permite melhorar e reformar as instituições sociais que já não estejam beneficiando o coletivo. Tal consciência permite enxergar a historicidade presente na sociedade e suas instituições, para a partir disso, observar que nenhuma instituição e/ou sociedade atinge um padrão de perfeição. Sendo assim com o passar dos anos e com o desenvolvimento da sociedade, algumas instituições devem ser reformadas de forma a acompanhar as mudanças acontecidas. E nisso consiste também a democracia. Relembrando: a democracia deve ser o contínuo diálogo entre as esferas do *oikos* e da *ecclesia*. Dessa forma, a democracia, nunca é contemplada totalmente. Assim, não atinge uma *perfeição*, como as instituições também não o fazem. A consciência da sociedade sobre sua autonomia permite direcionar o desenvolvimento da mesma, e de suas instituições, em direção à democracia, almejar um bem coletivo para toda a sociedade. Ainda diante do processo de autonomia da sociedade, Bauman discorre:

O “projeto de autonomia” tem dois gumes e não pode ser de outro modo: a sociedade, para ser independente, precisa de indivíduos independentes e estes só podem ser livres numa sociedade autônoma. O que lança dúvida sobre a preocupação da teoria política em geral – e da teoria da democracia em particular – com a *separação* entre os domínios público e privado e sua *independência* mútua. É antes a *ligação*, a *dependência* mútua, a *comunicação* entre os dois setores que deve estar no centro de ambas as teorias. A fronteira entre o público e o privado que essas teorias se ocupam tanto em delinear deve ser vista mais como uma *interface* do que algo no modelo das fronteiras estritamente vigiadas entre Estados, que visam primordialmente a reduzir e limitar o tráfego internacional e a barrar viajantes ilegais (BAUMAN, 2000a, p.92).

E essa dependência mútua entre as esferas só pode ser praticada na ágora, só nessa terceira esfera neutra, que tem no seu cerne a comunicação entre o público e o privado é que pode nascer e se desenvolver a democracia. A ágora é

uma esfera intermediária, que tem no seu propósito amarrar os dois extremos das outras duas esferas. O ataque a essa terceira esfera consiste em um ataque à própria autonomia da sociedade. Segundo Bauman:

Seu papel era crucial para a manutenção de uma pólis verdadeiramente autônoma que se apoiava na verdadeira autonomia de seus membros. Sem a ágora, nem a pólis nem seus membros poderiam alcançar e muito menos preservar a liberdade de decidir o sentido do bem comum e o que se deveria fazer para atingi-lo. Mas a esfera pública/privada, como qualquer cenário ambivalente ou terra de ninguém (ou melhor, qualquer terra com donos demais, de propriedade disputada), é um território de constante tensão e luta, tanto quanto espaço de diálogo, cooperação e compromisso (BAUMAN, 2000a, p. 93).

Sendo atacada constantemente pelas esferas que deveriam se unir através do diálogo, a ágora torna-se uma grande zona de conflito. Já dissemos anteriormente que os regimes autoritários consistiram em uma ocupação abrupta da ágora pelos poderes da *ecclesia*, dos Estados fascistas e do comunismo soviético. Nesse molde, citando Hannah Arendt, Bauman diz que este consistiu na tendência de “tornar os seres humanos supérfluos” (apud BAUMAN, 2000a, p. 93). Explicando de outro modo, o indivíduo afastado de seu coletivo era completamente descartável, seus anseios como indivíduo eram condenados. Assim, o objetivo principal era eliminar qualquer caráter privado da sociedade, Bauman coloca:

A tendência totalitária visa à total aniquilação da esfera privada, do reino da autoconstituição e autodeterminação individuais – em suma, à irreversível dissolução do privado no público. O objetivo não é tanto impedir os indivíduos de pensar – uma vez que isso seria impossível mesmo pelo mais fanático dos padrões – mas tornar o seu pensamento impotente, irrelevante e sem influência para o sucesso ou fracasso do poder. No extremo da tendência totalitária, são bloqueados os canais de comunicação entre o poder público e o que quer que tenha restado dos indivíduos privados. Não há necessidade de diálogo, uma vez que não há nada o que dizer: os súditos nada têm a dizer que possa ser de valor para os interesses do poder e os poderes instituídos não têm mais necessidade de convencer, converter ou doutrinar os súditos (BAUMAN, 2000a, p. 94).

Fica claro aqui que a impotência do pensamento só é possível com a dissolução do diálogo, daí a importância do controle das mídias de comunicação em massa pelo poder. O poder totalitário vislumbrou esse controle de modo a acabar

com os enfrentamentos de interesses, uma sociedade pautada pela lógica e dedução, de previsibilidade diante de seus súditos. No entanto, o que era praticado era o poder absoluto do Estado perante os indivíduos, que os sufocava de forma a “obedecer ou morrer”. E ainda, a experiência histórica com tais regimes tornou o terreno da ágora propício para a *nova invasão*. A partir dessa experiência, a desconfiança sobre o Estado foi maximizada, isso possibilitou uma invasão inversa. Ora, se a *ecclesia* quando obteve seu poder máximo não satisfez as necessidades dos indivíduos, ficou aberta para a esfera do *oikos* sua *chance* de fazê-lo. Segundo Bauman:

A ágora é, como antes, um território invadido, mas desta vez os papéis foram invertidos e as tropas invasoras se embolam na grande área com o privado – embora, ao contrário do “público” representado pelo Estado legislador e executor da lei, desta vez não é um exército regular com quartel-general e estado-maior unificado, mas uma multidão desembestada e multiforme de transgressores não uniformizados. Ninguém está ali para interromper o avanço dessas tropas – os exércitos regulares do “público” bateram em retirada por lhes faltar força de combate, interesse em manter a ocupação ou as duas coisas. Quanto ao poder público, a ágora parece cada vez mais uma terra de ninguém. O campo de batalha foi praticamente abandonado à mercê de qualquer aventureiro que queira invadi-lo (BAUMAN, 2000a, p. 103).

A falta de poder e interesse da *ecclesia* em reocupar o espaço da ágora é amplamente discutida por Bauman. A omissão da *ecclesia* se adapta perfeitamente a lógica líquida atual, promovendo o desmantelamento das ações coletivas, e ainda contribuindo para que as forças globais dominarem essa terceira esfera. Com essa omissão da *ecclesia* e com o desmantelamento das ações coletivas, a questão que o autor coloca não é mais a de “o que fazer?”, mas sim uma outra pergunta que ainda não tem resposta: “Alguém é capaz de fazer o que é preciso fazer?”. A coerência da pergunta se mostra à medida que o descaso dos que poderiam fazer algo é ancorado na mentalidade de que “não há alternativa” (BAUMAN, 2000a). Bauman explica:

(...) a integração e reprodução da “ordem global” toma mais uma vez o disfarce de um processo espontâneo e impelido por si mesmo. A grande novidade da modernidade foi apresentar a criação, preservação e continuidade da “ordem” como uma *tarifa* – um propósito dificilmente atingível sem uma ação humana decidida, concertada e consciente da sua meta. Mas a produção da ordem não

é vista mais como uma tarefa; ao contrário, toda ação que visa a impor uma ordem diferente daquela em vigor é suspeita de interferir indevidamente na capacidade e poder da “mão invisível” (com ênfase no “invisível”); empenho arriscado, fadado a desperdiçar ou estragar pelo menos tanto quanto e talvez mais do que possa consertar ou melhorar. E se a continuada existência da totalidade já não é uma tarefa, então os planejadores de tarefas não são mais necessários e os possíveis impostores, os autoproclamados profetas, que nunca faltam, devem ser mantidos à distância. E não há necessidade de as classes detentoras de conhecimento assumirem o papel de intelectuais – de guias espirituais que pretendem tornar as pessoas diferentes do que são ensinando-lhes coisas que elas não aprenderiam por si mesmas e antes de mais nada ensinando-lhes que é útil para elas aprender essas coisas. Não existem grandes tarefas, portanto não há utilidade para as grandes ideias (BAUMAN, 2000a, p. 105).

O quadro apresentado é de um domínio atroz dessa *ordem global*. Não obstante, o diálogo entre *ecclesia* e *oikos* e a reconstrução da *ágora* com seus propósitos de democracia está mais distante da pauta dessa *ordem*. Da mesma forma que a *ecclesia* acabou com o diálogo quando obteve seu apogeu na *ágora*, o *oikos* também o faz, só que dessa vez mais mascarado do que nunca, como se não houvesse alternativas, como se não necessitassem outras alternativas, já que essas se mostrariam piores.

No próximo capítulo a discussão abarcará as concepções de Bauman em busca de uma perspectiva para o problema. Sempre lembrando que não existem soluções mágicas e definitivas, uma resposta final, e que a complexidade do tema exige uma reflexão ampla sobre como conseguir o equilíbrio entre as esferas do *oikos* e da *ecclesia*.

CAPÍTULO 3 – O FUTURO DA DEMOCRACIA E A REOCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Vimos até aqui que a ágora está vazia de questões públicas, que seu espaço fora totalmente ocupado pela esfera privada e que essa ocupação é mascarada por uma aparente democracia que reflete em uma falta de engajamento político por parte dos indivíduos da sociedade. Esse contexto, segundo Bauman, demonstra uma distorção do conceito de democracia, até nos seus moldes liberal. Bauman diz:

Podemos dizer que a democracia liberal é uma das mais poderosas *utopias* modernas que desenharam o modelo pelo qual deveria se estruturar e ser governada uma boa sociedade ou pelo menos uma sociedade garantida contra algumas das suas mais óbvias deficiências de opção. Podemos também falar que a democracia liberal *que de fato existe*, que sempre estará aquém do ideal utópico e exibe características que são difíceis de ser assimilada na noção de uma boa sociedade ou mesmo características que tornam mais do que difícil transformar essa utopia em realidade. Quer falemos de suas formas utópicas ou reais, podemos dizer que a democracia liberal é uma ousada tentativa de realizar um equilíbrio excessivamente difícil, tarefa que poucas sociedades assumiram em outros tempos e lugares e que nenhuma conseguiu de fato materializar, quanto mais tornar seus resultados seguros e duradouros (BAUMAN, 2000a, p.157).

Essa tarefa tão complicada assumida pela democracia liberal consiste em garantir ao Estado o poder da política, bem como, mediar os interesses coletivos e individuais da sociedade. O autor coloca que essas duas tarefas, historicamente, aparecem geralmente em oposição. A dificuldade se mostra quando se delega à democracia liberal um compromisso de “preservar simultaneamente a liberdade de agir do Estado, dos indivíduos e de suas associações, ao mesmo tempo que faz da liberdade de cada um condição para a liberdade dos outros” (BAUMAN, 2000a, p. 158). Essa forma de democracia, a forma moderna e liberal, é de uma conjuntura onde o Estado-Nação tinha as condições de fazer valer sua voz. Tinha o poder do *fazer* e a política que consistia em saber o que fazer. Com a separação entre o poder e a política explicitada no capítulo anterior isso foi modificado. Em entrevista concedida ao programa “Fronteiras do pensamento”, Bauman argumenta que a “democracia adquire com o passar do tempo diferentes formas, diferentes

instrumentos, diferentes estratégias”. A democracia grega se difere em muito da moderna, tanto em suas instituições, quanto em suas formas práticas. O que não se pode perder, no entanto, é seu diálogo entre as esferas pública e privada. Essa perda significa trair seu conceito. Entretanto, o mais próximo que temos das ágoras nos dias de modernidade líquida são os *talk shows* da televisão, que transformam em espetáculo a privacidade dos indivíduos, “são como confessionários com microfones”, abertos para a massa espectadora. Daí a insignificância dessa ágora atual e sua completa ocupação pela esfera do *oikos*.

Ora, se a democracia sofre alterações, para melhor se inserir na sociedade, o que se mostra importante hoje não é diferente. A reforma democrática deve ser guiada pelas características de seu tempo, sempre permitindo autonomia à sociedade e ao indivíduo, e sempre estimulando o equilíbrio entre o *oikos* e a *ecclesia*. Relembrando as características do poder global, Bauman salienta:

Como assinalado tantas vezes já, os poderes realmente poderosos de hoje são essencialmente extraterritoriais, ao passo que os lugares da ação política continuam locais – e assim a ação é incapaz de atingir os pontos em que se traçam os limites da soberania e são decididas – por inércia ou intencionalmente – as premissas essenciais do empenho político (BAUMAN, 2000a, p.192).

Então, o que se mostra hoje é a necessidade da democracia se tornar extraterritorial, o Estado-Nação não tem mais condição de defender sozinho o futuro da democracia. Mas isso não é fácil de construir. Primeiro porque é um projeto totalmente novo, consiste em criar instituições e formas de vida que não conhecemos, algo inédito. Segundo porque é muito fácil para as forças globais, detentoras do poder, mascarar essa aparente *democracia global* e intensificar ainda mais sua influência no planeta, o que ainda está em curso. No entanto, já são observados nos países árabes os *pelotões democráticos* tirando os ditadores do poder, como se estivessem realmente interessados na melhora da condição de vida dos indivíduos desses países e não em explorar ainda mais seus mercados e manipular os destinos em questão. De fato, a *Primavera Árabe*, representa uma grande expectativa de mudança no mundo árabe, um processo ainda em aberto, mas que já mostra um choque de forças, mas que dificilmente chegará a essa

democracia global. O termo mais apropriado para essa democracia seria *universal* e não *global*, Bauman explica a diferença entre os termos:

(...) o termo “globalização” entrou no discurso atual no lugar ocupado em toda a era moderna pelo termo “universalização” – e o fez basicamente porque “globalização” refere-se *ao que nos acontece* e não, como foi o caso com “universalização”, *ao que precisamos, devemos ou pretendemos fazer*. “Globalização” assinala uma naturalização *sui generis* do curso que os assuntos do mundo estão tomando: o fato de estarem essencialmente fora dos limites e de controle, adquirindo um caráter quase elementar, não planejado, imprevisto, espontâneo e contingente (BAUMAN, 2000a, p. 193).

É sempre importante observar a mudança de termos no decorrer da história, muitas vezes parecem à mesma coisa, sinônimos, com os mesmos princípios, mas podem camuflar diferenças tremendas que distorcem todo o processo. Esse poder que a globalização possui de naturalizar o processo só salienta a “falta de alternativas” do mundo líquido. Mas será que isso é tão “natural” assim? Será que chegamos a esse ponto sem planejamento algum?

Difícil de acreditar nisso. Qualquer situação e/ou conjuntura, que beneficie alguns poucos (e poderosos), não foi atingida pela inércia. Impossível não pensar na influência desses poderes globais, das multinacionais e transnacionais em todo o processo que lhes é útil, assim como esses poderes globais estimulam os próprios indivíduos a respaldar (mesmo que sem consciência) a ampliação de seus poderes. Para enfrentar essas megacorporações e seus poderes grandiosos, Bauman nos diz:

Segue-se que uma vez tenha tornado de fato global (ou pelo menos supra-estatal) o poder que preside sobre a crescente “flexibilização” das condições de vida (...), a condição preliminar de uma ação efetiva visando mitigar o nível de insegurança e incerteza é elevar a política a um nível tão genuinamente internacional quanto aquele em que operam os poderes atuais. A política deve emparelhar-se ao poder que se libertou para vaguear pelo espaço politicamente incontrolado – e para isso deve desenvolver instrumentos que lhe permitam alcançar os espaços em que esses poderes “fluem” (para usar o termo de Manuel Castells). Nada menos é necessário do que uma instituição republicana internacional em escala proporcional à escala de operação dos poderes transnacionais (BAUMAN, 2000a, p. 194).

Se o necessário é romper com as barreiras que prendem a política ao seu âmbito local, o autor observa que esse rumo dificilmente está sendo tomado. Isso porque, a complexidade da sociedade líquida e as ambivalências no cerne dessa sociedade, são tantas que é difícil prever o caminho que está sendo seguido. Porém, como já dito, a individualização quebrou com os modelos de solidariedade, sobretudo internacional. Dessa forma é cada vez mais difícil chegar a essa *universalização* da política. A lógica líquido-moderna nos ataca em diversas frentes, sempre ocultada pela aparente democracia e a falta de alternativas de mudança, cabe então enfrentá-la nessas diversas frentes, e o primeiro passo para isso é ter consciência dessas frentes e desses ataques, para daí desenvolver as formas de combate para cada um deles.

O declínio da solidariedade comunitária, segundo Bauman, gerou diversos movimentos separatistas. Tais movimentos aparecem enfraquecendo ainda mais as já frágeis repúblicas nacionais, impulsionando os poderes da globalização, como afirma Bauman:

Sabendo disso ou não, os separatistas de todos os matizes e cores fazem uma aliança profana com as forças cruéis da globalização. É mais fácil esmagar, um por um, quatro ou cinco “estados soberanos” pequenos e fracos do que fazer dobrar os joelhos um único estado grande e forte. E assim os separatistas e particularmente os perpetradores da limpeza étnica (a medida visa a tornar duradoura e possivelmente irreversível a separação) podem contar com o apoio tácito dos poderes instituídos; podem confiantemente descartar a falsa adesão daqueles poderes e de seus porta-vozes aos nobres e grandiosos princípios humanitários e dos direitos humanos. O que os separatistas, afinal de contas, conseguem se têm êxito aumenta a fragmentação política do mundo, na qual repousa em última análise o domínio dos poderes extraterritoriais, sua liberdade face a qualquer controle político. Quanto menores e mais fracas as muitas e pretensas repúblicas locais, mais remotas as perspectivas de uma república global (BAUMAN, 2000a, p. 196).

Mas não são só os grupos separatistas que acabam por aderir ao esquema dos poderes globais fragmentando as diferentes etnias, os governos também o fazem. Diante da falta de poder dos governos, estes se ancoram no sentimento de insegurança, estimulando-o e transformando essa insegurança em um empreendimento político que os garantam a frente desse pequeno poder local. Dessa forma, como dito anteriormente, a insegurança se transforma em um rico

comércio de votos, e as medidas contra essa insegurança garantem frutos políticos para partidos, daí um dos bordões mais comuns dos candidatos a algum cargo público ser a questão da segurança. Nas palavras de Bauman:

Os governos não podem, com honestidade, prometer aos cidadãos uma existência e um futuro seguros, mas podem, por enquanto pelo menos, descartar parte da ansiedade acumulada (e mesmo tirar proveito eleitoral disso) demonstrando sua energia e determinação na guerra contra os estrangeiros à procura de emprego e outros invasores alienígenas, intrusos no terreno outrora limpo e tranquilo, ordeiro e familiar do quintal doméstico (BAUMAN, 2000a, p. 197).

Esse quadro estimula ainda mais o sentimento de segregação com os *diferentes*, com os estrangeiros, o que faz com que as associações coletivas tenham mais dificuldades ainda de se estabelecerem. E basicamente essa coleta de votos se transforma no objetivo principal dos partidos políticos. A ameaça à propriedade privada é exaltada, e cabe aos governos tirá-la da ameaça, dessa forma a propriedade privada é potencializada como algo inato ao ser humano. Enquanto o caráter coletivo do ser humano é cada vez mais diluído nessa lógica. Bauman destaca:

Na Alemanha, Manfred Kanther, ministro do Interior do governo Helmut Kohl, ao antecipar as eleições de setembro declarou que 1998 era “o ano da segurança”, prometendo de uma vez declarar guerra ao crime e severas medidas para estancar a imigração. Os social-democratas da oposição não ficaram atrás nem quiseram ficar. Gerhard Glogowski, ministro do Interior social-democrata da Baixa Saxônia, reivindicou em alto e bom som a restauração dos controles de fronteira do país, a seu ver frágeis e inadequados nas mãos dos signatários do acordo Schengen. Dos dois lados do espectro político alemão, a guerra ao crime fundia-se à retórica contra os estrangeiros (especificamente contra os imigrantes).

(...) Os líderes políticos dos Estados-membros criticam-se uns aos outros por servirem de “ímã de estrangeiros” ao manifestarem uma atitude imperdoavelmente branda ou condescendente para com a dupla ameaça do influxo de imigrantes e do aumento da criminalidade – e exortam-se mutuamente a ter mais determinação na luta contra esse duplo risco (BAUMAN, 2000a, p. 197).

E são medidas como essas que deixam o clima de ansiedade na população em relação aos imigrantes, que os transformam em inimigos. Sendo assim, medidas que promovem barreiras aos imigrantes são bem vistas pela sociedade, porém os

poderes globais podem circular a vontade por qualquer divisa, qualquer fronteira, sendo potencializado também pela “defesa da comunidade”. Segundo Bauman, são esses poderes globais que causam e pregam a insegurança na sociedade, mas como o foco está voltado para a imigração, tais poderes, globais, vagam sem problemas pelos países, sem qualquer barreira que se levante para enfrentá-lo e com muito bom grado dos governos locais. Nas palavras do autor:

Em suma, a agenda pública mantém-se afastada da área em que se situam as ameaças ao interesse público e ao bem-estar individual. Mesmo os movimentos que tentam atacar as questões públicas nascidas evidentemente das tendências globais constataam que é extremamente difícil romper o círculo mágico da globalização desenfreada e os sentimentos tribais que desatam as mãos das forças globais. Por exemplo, o movimento ecológico, potencialmente um freio eficaz a pelo menos alguns dos efeitos mais repulsivos da desregulamentação global, degenera com demasiada frequência numa política de “no meu quintal, não”, minando na verdade a mesmíssima solidariedade global que deveria – e poderia – reforçar. As forças políticas que poderiam atacar a insegurança global na fonte não chegam nem perto do nível de institucionalização alcançado por aquelas forças econômicas (capital, finanças e comércio) que são a fonte da insegurança global. Não há nada que se compare à riqueza, determinação e eficácia do Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a rede cada vez mais cerrada do sistema mundial de bancos de investimentos e compensação (BAUMAN, 2000a, p. 198).

É nessas condições que Bauman insere alguns movimentos multiculturalistas, que classificam as causas da insegurança como “problemas de identidade”, onde se ressaltam as diferenças, o mercado de identidades, liberando ainda mais a passagem das forças globalizantes. Se até aqui era difícil caracterizar quem são esses poderes globais e extraterritoriais, vemos que este se divide em algumas instituições privadas que comandam o capital financeiro por todo o globo. Sobretudo os megabancos privados e globais, entre outras empresas transnacionais e multinacionais.

O direcionamento para o universalismo em diversas escalas é combatido por essa lógica de individualismo e insegurança da sociedade líquida atual. Dessa forma a ágora, segundo Bauman, só pode ser ocupada com o desenvolvimento de uma República global, uma democracia global. Enquanto, os movimentos multiculturalistas, tratam esse universalismo como se fosse o mesmo que a

globalização, deixando com que esse movimento globalizante se expanda sem nada que o enfrente. Para Bauman:

A universalidade não é inimiga da diferença; ela não requer “homogeneidade cultural” nem precisa de “pureza cultural” e especificamente do tipo de práticas a que se refere esse termo ideológico. A busca da universalidade não envolve o sufocamento da polivalência cultural ou a pressão para alcançar consenso cultural. Universalidade significa nada mais nada menos que a capacidade da espécie se comunicar e alcançar entendimento mútuo – no sentido, repito, de “saber como prosseguir”, mas também saber como prosseguir diante de outros que podem – têm o direito de – prosseguir por caminhos diferentes (BAUMAN, 2000a, p. 204).

É a partir dessa visão, de que a universalidade é opositora da diferença, que Bauman acentua a ineficácia de certos movimentos. Só através dessa universalidade que a república pode atravessar os portões dos Estados-nação, e fazer frente ao movimento globalizante em todas suas escalas.

Como dito anteriormente, não existe uma resolução precisa e perfeita para a situação problemática que ataca a democracia, estimulando o individualismo e o consumismo, que se coloca na sociedade líquido-moderna. Pela complexidade e imprevisibilidade em que se apresenta tal sociedade, diversas direções podem ser tomadas, e alguns caminhos devem ser criados para equilibrar as mudanças inerentes a qualquer sociedade. No entanto, destacamos aqui, algumas ideias de Bauman que auxiliam na criação desses caminhos. A reocupação do espaço público só pode ser realmente eficaz se as vozes desse espaço forem ouvidas, em *coro*, suscitando o caráter coletivo das questões públicas. Para tal os Estados devem reassumir sua busca pela democracia possibilitando que seus súditos desempenhem sua autonomia e, ao mesmo tempo, desenvolver sua autonomia estatal diante das forças globalizantes, isso só pode acontecer se o coletivo não estiver restrito ao Estado-nação em questão, mas representar o globo todo. Se dependemos, “sabendo disso ou não”, uns dos outros, se crises na Europa afetam outros pontos do planeta e vice-versa, o caminho trilhado deve ser em conjunto, como uma sociedade global, ou melhor, universal.

A preocupação que surge é a de como criar e regulamentar essa democracia global, sem que os poderes globais a usurpe e expanda seus poderes para níveis

ainda mais incontroláveis. Como desenvolver o diálogo das esferas privadas e públicas, equilibrando o poder entre elas. E ainda, como fazer com que o *fruto político* proveniente desse diálogo tenha o poder de ser colocado em prática. Os caminhos para a democracia são muitos, e seu ponto final nunca é alcançado, dessa forma tais caminhos só se mostrarão eficazes por tentativa e erro, sempre visando o ideal democrático e satisfazer as necessidades da sociedade universal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tentou situar o leitor nos debates propostos, acerca da desertificação da esfera pública, pelo sociólogo polonês Zygmunt Bauman acerca das questões que envolvem o espaço público. Os conceitos utilizados pelo autor, em sua análise sobre a sociedade líquido-moderna, nos permite compreender os novos rumos tomados pelo mundo atual.

É possível observar como alguns conceitos tomam forma ao longo do desenvolvimento das ideias do autor. Como é o caso da *ágora*, que, primeiramente, é tratada como espaço público e depois destacada como espaço neutro, um espaço onde ocorre o diálogo entre as esferas pública e privada. O diálogo entre as esferas tem por objetivo transformar as questões privadas em públicas, para, a partir disso, permitir ao Estado (representante maior da *ecclesia*) implementar as políticas em comum que beneficiem o coletivo. Isso só é possível quando a sociedade é autônoma, ou seja, quando os indivíduos exercem sua autonomia de “saber o que é bom pra si” e os caminhos que querem seguir, enquanto o Estado é autônomo para garantir essa autonomia do indivíduo e direcionar o rumo da sociedade para esse caminho escolhido. Essa é a tarefa da democracia, e é fundamental que ocorra o diálogo entre as esferas para que ela se desenvolva. A democracia, segundo Bauman, não é um fim em si, não pode ser plenamente alcançada. Dessa forma a sociedade só pode ser classificada como “mais” ou “menos” democrática.

O movimento que gerou a sociedade atual não teve como premissa o desenvolvimento democrático. Se durante a modernidade os poderes autoritários tomaram o espaço da *ágora* para si, representando uma invasão da esfera pública (*ecclesia*) e expulsão da esfera privada (*oikos*), suprimindo o indivíduo em favor do coletivo, Bauman observa que o movimento atual inverteu essa invasão. Agora quem se retirou do diálogo da *ágora* foi a *ecclesia*. As esferas devem exercer esse diálogo para que se possibilite a democracia.

O perigo da retirada do Estado (*ecclesia*) do ambiente da *ágora* desembocou no divórcio entre o poder e política. Nessa conjuntura o poder se tornou global e a política, local. Isso possibilitou as *elites globais* tomar esse poder para si, direcionando os rumos da humanidade de acordo com seus interesses. Para

perpetuar seu poder, essas elites desenvolveram mecanismos que podassem qualquer retomada desse diálogo entre as esferas. O consumismo e o individualismo são dois desses mecanismos. Complementam-se. Enquanto o indivíduo se ancora nesses sentimentos, impulsionando a lógica atual.

O individualismo age separando os indivíduos, isolando-os, deixando um clima de insegurança no ambiente. Diante dessa insegurança, o *vício do consumo* vem como a resolução dos problemas. Com o apoio das mídias de massa, a propaganda consumista apresenta mercadorias “mágicas” que permitem a satisfação dos indivíduos. Acontece que essa satisfação é momentânea, fazendo com que o indivíduo permaneça sempre a espera da inovação que possa satisfazê-lo. A política acaba seguindo a mesma lógica. Estimulando a insegurança vende suas propostas para possíveis soluções do problema. Só que sem o poder de acabar com a insegurança, o Estado (que herdou a política no divórcio com o poder) a usa como moeda de troca, para reeleger seus representantes, e nunca atacar de fato as causas dos problemas que afligem uma parte expressiva das pessoas. E quando apresentam suas possíveis soluções para as insatisfações dos indivíduos, as propostas estão sempre calcadas em estimular o individualismo e o consumo, sempre direcionando as causas dos problemas sistêmicos para os indivíduos, sobretudo aos *diferentes*, aqueles que não se adequam ao “projeto de nação”, representados, sobretudo, pelos imigrantes. Os indivíduos reproduzem e potencializam essa lógica e passam a temer esses *diferentes*, como se não houvesse causa em comum em que ambos pudessem se engajar. Satisfazendo assim as forças globais que tiram proveito dessa desmobilização coletiva.

As resoluções para tais problemas se mostram muitas vezes distorcidas. Com o enaltecimento do indivíduo em sua individualidade, ancorado na conformidade, as margens para uma ação coletiva que atinja a sociedade, em sua amplitude, ficam restritas. Impedindo assim a prática democrática.

Para atingir a democracia é preciso a retomada do diálogo entre as esferas do *oikos* e da *ecclesia*, sem que uma se sobreponha à outra. Como o poder se tornou globalizado, o autor defende que se criem condições adequadas para que essa democracia seja global, uma república global. A dificuldade aqui está em se regulamentar essa nova democracia, já que as instituições que devem surgir

representam algo jamais visto, diferente da democracia grega e da democracia moderna. Se as barreiras foram rompidas para o poder global, também devem ser para a democracia. Só assim, para Bauman, é possível combater essas elites globais e direcionar o poder para satisfação de um coletivo, hoje, cada vez mais, universal.

No processo de criação dessas instituições que desenvolveriam essa democracia universal, deve-se estar sempre atento para o diálogo entre as esferas, permitindo a autonomia tanto do indivíduo quanto do Estado, impedindo que as elites de empresas transnacionais e multinacionais continuem “dando as cartas do jogo”. É preciso guiar o *poder de fazer* em prol do interesse coletivo, do interesse universal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GRUPPI, Luciano. **Tudo começou com MAQUIAVEL** – As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci. Porto Alegre: L&PM Editores Ltda. 1980.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000a.

_____. **A sociedade individualizada**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

_____. **Amor líquido**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. **Capitalismo parasitário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. **Hipotecamos o futuro**. Programa filmado em 2012. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=OcPD1pLdkoQ>>. Acesso em: 8 out. 2012.

_____. **Fronteiras do pensamento**: Programa filmado em 2011. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=IWRkTiH52ts>>. Acesso em: 08 out. 2012.